

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA
POLÍTICA EM DISCUSSÃO**

LUCIANA PEREIRA MACHADO RIBEIRO

**PIRACICABA, SP
(2012)**

A PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA POLÍTICA EM DISCUSSÃO

LUCIANA PEREIRA MACHADO RIBEIRO

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. SELMA BORGHI VENCO

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Educação da UNIMEP
como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em
Educação**

PIRACICABA, SP

2012

BANCA EXAMINADORA

PROF^a DR^a SELMA BORGHI VENCO (ORIENTADORA)

PROF. DR. CLEITON DE OLIVEIRA (UNIMEP)

PROF^a DR^a SURAYA CRISTINA DARIDO (UNESP)

*Dedico esta pesquisa a minha querida Mãe,
Mulher valente e guerreira*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus amado e querido que me sustentou em suas mãos santas e poderosas.

Ao meu esposo Ronaldo pela sua doce compreensão, pelo seu amor e companheirismo, pela força, pelo silêncio e pelas renúncias.

A minha amada filha Carol, parceira, responsável, pela sua ajuda nos cuidados com os irmãos e a sua compreensão nesse momento tão intenso de nossas vidas.

Ao meu amado filho Paulo, que mais sofreu com esse rompimento nascendo no início desse percurso, e sendo obrigado a abrir mão de todo aconchego do lar em razão da pesquisa, e sempre pedindo a minha presença.

Ao meu amado filho João, que ainda não entende a separação adotando inconscientemente a avó como mãe, que se alegra com minha chegada, sem se dar conta da minha partida.

Ao meu Padrasto por acolher meus filhos em sua casa e ajudar nos cuidados com tanto amor.

A minha irmã Carina pelo carinho, incentivo e apoio, principalmente nas pesquisas pela internet.

Ao meu irmão Clodoaldo, que mesmo sem expressar, sempre torceu para que tudo desse certo.

À professora Dr^a Selma Borghi Venco pelas orientações, correções e enorme paciência. A ela o meu carinho e enorme respeito.

Aos professores doutores Cleiton Oliveira e Renata Cunha pelas riquíssimas contribuições no Exame de Qualificação.

À professora Dr^a Suraya Darido por ter aceito gentilmente o convite a participar na banca de Defesa dessa dissertação

À professora Dr^a Raquel Gandini, pelas lições de humildade e simplicidade.

Aos colegas do curso de Mestrado principalmente Ângela, Carol, Flávia,

Lúcia, Vanessa e Rosana, onde cada uma de sua maneira contribuiu muito em minha formação.

À minha grande amiga Rosemary Mattos, que me amparou, socorreu, reanimou, orientou, hospedou, e me divertiu muito, a minha eterna gratidão. No campo da pesquisa como envolvidos de incertezas, mas com certeza sem a sua ajuda não chegaria ao final desse curso.

À minha querida amiga Angelise, que esteve sempre pronta a me ajudar em todos os momentos e circunstâncias, obrigada por tamanha generosidade. Que Deus a abençoe muito.

Aos meus queridos amigos e irmãos da RCC da cidade de Araçoiaba da Serra, que me sustentaram em suas orações nos momentos em que quis desistir.

A Ione que gentilmente contribui na correção desse trabalho.

À Elaine por toda ajuda e orientação.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –CNPQ, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar os marcos legais da política educacional nacional que regem a disciplina Educação Física no Ensino Médio no Brasil. E, mais particularmente, investigar a proposta pedagógica inscrita na política educacional do estado de São Paulo, expressa no material didático produzido pela Secretaria da Educação implementada a partir de 2008. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, revelou que as diretrizes voltadas à disciplina pautam-se na lógica da transmissão de conhecimentos mínimos, ausência de especificidade nos conteúdos e intencionalidades na formação do aluno para o mercado de trabalho, especialmente inspiradas nas conclusões provenientes da Conferência de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990. A pesquisa identificou que, a despeito da Educação Física ser considerada componente curricular obrigatório da educação básica, persiste, por parte das políticas educacionais, sua desvalorização, expressa, tanto pelas facultatividades presentes na legislação quanto pelo predomínio de ausência de propostas curriculares para a disciplina nos estados brasileiros quando comparada às demais que integram a educação básica. Analisa-se a proposta curricular formulada pelo estado de São Paulo que organiza os conteúdos a serem trabalhados por séries do Ensino Médio, respeitando as particularidades desse segmento.

Palavras chave: Ensino Médio; Educação Física; Proposta Curricular; Política Educacional.

ABSTRACT

This dissertation has as objective analysis legal framework of national education policy governing Physics Education discipline in Secondary Education in Brazil. And, more particularly, investigate the pedagogical proposal enrolled in educational policy of the state of São Paulo, expressed in the didactic materials produced by the Secretary of Education of this state in 2008. The research, of bibliographical character and documental revealed that the guidelines directed to discipline are guided in the logic of minimal knowledge transmission, the specificity absence in the contents and intentions in the formation of student for the labor market, especially inspired by the conclusions from the Conference on Education for All, held in Thailand in 1990. The research identified that, despite the Physical Education be considered obligatory curricular component of basic education, persist its devaluation by the educational policies, expressed, on the one hand, by facultativities presents in the legislation and, secondly, by the predominance of absence of curricular proposals for discipline in the Brazilian states when compared to the other that integrate basic education. Analyze the curriculum proposal formulated by the state of Sao Paulo, which organizes the content to be worked by a series of high school, respecting the particularities of this segment.

Keywords: High School ; Physical Education ; Curriculum Proposal; Educational Policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A Organização da Educação, o Ensino Médio e a Legislação	15
1.1 – A Constituição de 1988.....	15
1.2 – A Organização da LDB	16
1.3 – Plano Nacional de Educação - PNE	17
1.4 – O Ensino Médio	20
1.5 – Organização do Ensino Médio.....	23
1.6 – O Ensino Médio e os PCNs	28
CAPÍTULO 2 – Educação Física, História e Legislação	32
2.1 – A História da Educação Física no Brasil.....	32
2.2 – A História da Educação Física na LBB	36
2.3 – A Educação Física e as Orientações Curriculares Nacionais.....	40
CAPÍTULO 3 – A Educação Física na Proposta Curricular do Estado de São Paulo	48
3.1 – A Educação Física e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo....	53
3.2 – A Proposta Curricular do Estado de São Paulo e os objetivos da Educação Física para o Ensino Médio	60
3.3 – O Relatório de Análise de Propostas Curriculares de Ensino Fundamental e Ensino Médio	75
3.4 – A Educação Física nas Propostas Curriculares Estaduais.....	77
3.5 – Proposta Curricular de Educação Física do estado do Rio de Janeiro..	80
3.6 – Proposta Curricular de Educação Física do estado do Amazonas.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a política educacional destinada à Educação Física no Ensino Médio. Para isso, analisaram-se os marcos legais que regulam a Educação Básica no Brasil.

A hipótese que norteia esta pesquisa é que a despeito da lei contemplar a referida disciplina há efetiva desvalorização por parte das políticas educacionais estaduais para sua concretização nas escolas e ausência total ou parcial de material didático para a mesma.

De forma mais particular, investigou-se a proposta pedagógica inscrita na política educacional do estado de São Paulo, expressa no material didático produzido pela Secretaria da Educação em 2008. Por outro lado, buscou-se identificar os estados que consolidaram um desenho da política educacional contemplando a disciplina de Educação Física no currículo oficial, propondo uma organização didática para essa disciplina curricular.

A área de conhecimento da Educação Física integra o Ensino Médio e passa a fazer parte da Educação Básica a partir de 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), lhe garantindo a obrigatoriedade na educação regular como componente curricular obrigatório. Porém essa obrigatoriedade mediante a lei desvinculada de um material didático de qualidade, de professores comprometidos com seu ofício, não tem sido suficiente para que a mesma possa contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a pesquisa analisa, primeiramente, a forma que está organizada a Educação Básica em específico, as leis que regem e organizam o Ensino Médio, as configurações da Educação Física na atualidade no conjunto de leis e normas que regem o sistema educacional no Brasil. Para isso, torna-se necessário recuperar a maneira como a Educação Física esteve presente na legislação, recuperando o processo histórico que lhe é intrínseco, e a construção das abordagens metodológicas que ganharam destaque na década de 1990. Partiu-se do pressuposto que essa área é ainda compreendida no ambiente escolar como uma matéria extracurricular, não recebendo a mesma atenção pedagógica que as demais, posto que expressa uma série de facultatividades e, invariavelmente, ausência de proposta curricular e material

didático específicos. Rodrigues e Darido (2011) auxiliam nessa análise, uma vez que afirmam não constar no levantamento do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) livros para a Educação Física a serem analisados pelo Ministério da Educação.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, posto que se analisa, por um lado, a legislação que regula a educação básica, a organização e a normatização do Ensino Médio, bem como a forma pela qual a disciplina de Educação Física tem sido abordada pelas políticas; por outro, buscou-se identificar os estados que consolidaram um desenho da política educacional contemplando a educação física no currículo oficial.

Inicialmente foi realizada pesquisa de caráter exploratório junto à Escola Estadual do município de Araçoiaba da Serra, estado de São Paulo, a fim de auscultar a realidade da política pela óptica dos professores, alunos e gestores. Tal levantamento foi importante no sentido de melhor direcionar os rumos da coleta de dados e apreender em que medida fatos observados em relação à educação física eram, ou não, fruto da própria regulação da educação ou da proposta da política educacional.

A partir do referencial teórico delineado foram contatadas todas as Secretarias Estaduais de Educação, a fim de obter o conjunto de propostas curriculares e a forma como a política de cada estado contempla a disciplina de Educação Física. No processo de investigação dos dados foi possível identificar que cada estado nomeia a Proposta Curricular de forma diversificada como, por exemplo: currículo básico, diretrizes curriculares, referencial curricular, orientações curriculares, ressignificação, currículo referencial, entre outros. Foi a partir do Relatório de Análise das Propostas, realizado pelo MEC, que se identificou a nomenclatura oficial de cada estado.

A fim de obtermos as informações necessárias para a presente pesquisa foram acessados os *sites* oficiais das Secretarias de cada estado, com intuito de obter acesso a essas propostas, que resultou reunir 6 propostas. A partir de outras formas de busca foi possível coletar outras 10 propostas. Foram estabelecidos contatos, via e-mail, com todas as secretarias apresentando os

objetivos da pesquisa e a importância do material para a análise. Apenas dois estados responderam, informando que estão cientes do problema que em breve iriam entrar em contato, mas não enviaram o documento e nem tampouco justificaram as razões pelo não envio.

A próxima etapa foi entrar em contato com o MEC e o INEP, os quais disponibilizaram os contatos dos responsáveis pelas Secretarias. Mais uma vez esse caminho se mostrou ineficiente para a obtenção das informações e documentos necessários. A terceira etapa foi contatar diretamente os secretários de educação aos onze estados que ainda não contávamos com material e dois secretários responderam ao apelo: um, enviando o material e, outro, informando que não possuía o mesmo. A busca foi complementada pelo contato com Nilce Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Dos nove estados que solicitamos a ajuda da Secretária Executiva, quatro enviaram o material e, um deles não tinha o material digitalizado, mas o enviou pelo correio. No final dessa busca tivemos acesso a 21 propostas (cinco estados não enviaram suas propostas e um informou que não possuía o material). Desses 6 estados que não conseguimos o material consta, no relatório do MEC, que os mesmos contam com tal formulação.

Segue quadro sistematizando os documentos obtidos:

Quadro 1 – Proposta curricular para educação física, segundo estado.

Estado	Documento
Acre	Série Cadernos de Orientações Curriculares para o Ensino Médio, caderno 1- Educação Física, 2010.
Alagoas	Referencial Curricular da educação básica para as escolas públicas de Alagoas, 2010.
Amazonas	Proposta Curricular de Educação Física para o Ensino Médio, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2012.
Bahia	Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2005
Ceará	Coleção Escola Aprendiz Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2008
Distrito Federal	Currículo Educação Básica, 2007-2008
Espírito Santo	Currículo Básico da escola Estadual – Ensino Médio. Volume 1 – Área de Linguagens e Códigos, 2009
Goiás	Ressignificação: Ensino Médio em Travessia, 2009
Maranhão	Referenciais Curriculares Ensino Médio: Estado do Maranhão, 2007.

Mato Grosso	Orientações Curriculares, Área de Linguagem da Educação Básica, 2010.
Mato Grosso do Sul	Currículo Referencial para o Ensino Médio, Área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2003
Minas Gerais	Proposta Curricular Educação Física, Ensino Fundamental e Médio. Conteúdos Básicos Curriculares, 2008
Pará	Proposta Curricular Secretaria da Educação Departamento do Ensino Médio – Divisão de Currículo, 2003
Paraná	Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Componente Curricular do Ensino (fundamental/médio): Educação Física, 2008
Pernambuco	Texto subsídio para a prática pedagógica da Educação Física: contribuições para a elaboração da matriz curricular, 2008.
Rio de Janeiro	Proposta Curricular: um novo formato Educação Física, 2010.
Rio Grande do Sul	Lições do Rio Grande do Sul – Referencial Curricular Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, volume 2 – Arte e Educação Física, 2009.
Rondônia	Referencial Curricular do estado de Rondônia Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Componente Curricular: Educação Física do Ensino Médio/ sem data.
Santa Catarina	Proposta Curricular, 1998
São Paulo	Proposta Curricular do estado de São Paulo: Educação Física, Ensino Fundamental ciclo II e Ensino Médio, 2008.
Sergipe	Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino, Sergipe, 2011.

Fonte: elaboração própria

As propostas relacionadas no quadro que segue são resultados da pesquisa realizada no documento do Ministério da Educação: Relatório de Análises das Propostas Curriculares.

Quadro 2 – Proposta curricular para educação física, segundo estado

Estado	Documento
Amapá	Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Amapá – (DCEB/AP), 2008.
Paraíba	Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba, volume 1 – Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, 2006.
Piauí	Referenciais Curriculares do Ensino Médio da Rede Estadual do Piauí, 2005
Roraima	Referencial Curricular para o Estado de Roraima, 2006.
Tocantins	Proposta Curricular Ensino Médio (PCEM) versão preliminar, 2009.

Fonte: elaboração própria

Nota: A Secretaria de Estado do Rio Grande do Norte informou por e-mail que não possui a Proposta Curricular.

O texto a seguir conta com a análise das propostas curriculares no que diz respeito à disciplina de Educação Física no Ensino Médio de 20 estados mais o Distrito Federal, sendo assim, 21 propostas foram analisadas.

A dissertação se apresenta em três capítulos. O primeiro analisa as leis e os documentos que regem e organizam o sistema educacional brasileiro, em particular o Ensino Médio. Para essa análise sobre o sistema educacional foi necessário realizar um estudo sobre as leis e documentos que o regulam, sendo eles: a Constituição de 1988, a LDB 9394/96, os Planos Nacional de Educação (PNEs) 2001 a 2010 e o referente aos anos de 2011 a 2020, as Propostas Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM).

O segundo capítulo, aborda a configuração da Educação Física na atualidade do sistema educacional no Brasil. Para isso realizou-se um panorama histórico e suas diferentes concepções e um estudo sobre a forma como ela esteve presente na legislação em particular as mudanças ocorridas na LDB de: 1961, 1971 e 1996, e o tratamento recebido por ela por meio das Orientações Curriculares Nacionais (PCNEM, 2006). Discute-se, ainda, como essa disciplina é tratada na proposta curricular do estado de São Paulo. O terceiro capítulo aborda a forma como a disciplina de Educação Física foi contemplada pela Proposta Curricular do Estado de São Paulo, sendo assim após termos conhecido um pouco mais sobre esse material e a contribuição que ele oferece a essa área disciplinar. Fomos instigados a examinar a forma como as demais secretarias da educação contemplam a disciplina de Educação Física em seus documentos oficiais, a fim de compreender se de fato a forma como ela foi contemplada pela proposta curricular do estado de São Paulo é algo novo, ou é uma prática que se estende a todos estados brasileiros. Partimos do pressuposto que essa disciplina curricular, diferente das demais não possui um material didático na maioria dos estados brasileiros e “apenas recentemente é que algumas redes públicas de ensino iniciaram a elaboração e utilização de livros didáticos na Educação Física” (RODRIGUES E DARIDO, 2011, p. 48). Dessa forma buscamos por meio desse estudo identificar a configuração adotada pela política dos estados no processo de elaboração de um material didático que contemple essa área disciplinar se assemelham com a estrutura adotada pela Proposta Curricular do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 1 – A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, O ENSINO MÉDIO E A LEGISLAÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar as leis e os documentos que regem e organizam o sistema educacional brasileiro, em particular o Ensino Médio.

A análise sobre o sistema educacional requer a realização de um estudo sobre as leis e os documentos que o regulam, bem como a compreensão dos marcos reguladores aqui iniciados pela Constituição de 1988.

1.1 - A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição é considerada a lei suprema do país, está no patamar mais alto do ordenamento jurídico, promulgada em 05 de outubro de 1988, mais conhecida como a Constituição de 1988, estabelece direitos relativos aos direitos sociais, destacando-se aqui a economia, a política e a educação. A Constituição reza que se deve garantir a todos os brasileiros e brasileiras o direito à igualdade e à liberdade. Sendo assim, o sistema educacional deve ser organizado de forma a respeitar aquilo que foi estabelecido por ela. Deste modo, todas as leis e documentos que compõem e organizam o sistema educacional foram desenvolvidos mediante o disposto na Constituição, a qual é a base para todo e qualquer documento oficial, que tem o objetivo de organizar e regulamentar todo o sistema educacional brasileiro.

A Carta Magna do País estabelece em seu artigo 205:

A educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

São baseados nesses artigos que se desenvolvem todos os demais documentos que irão compor a regulamentação e a organização do sistema educacional, tendo como objetivo ampliar os mecanismos para promover a todos os cidadãos o direito à educação. É na Constituição de 1988 que

aparece a obrigação formal ao Estado de garantir a educação a todos os brasileiros, mas conforme Cury:

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado (2002, p.251).

É importante ressaltar que no artigo 205 da Constituição, e que atribui ao Estado o dever de garantir a educação a todos, também apresenta que a mesma é dever da família e da sociedade. Cury indica um nítido exemplo sobre como a família e a sociedade podem exigir e garantir o direito à educação, pois segundo ele:

Este jogo entre direito e dever implica aos interessados, quando na falta deste atendimento, o acionar de instrumentos jurídicos e processuais capazes de fazer respeitar um direito claramente protegido. Nesse sentido, a Constituição aciona a própria sociedade civil como espaço consciente de poder e de controle democrático do próprio Estado, a fim de que nenhum cidadão fique sem o benefício da educação escolar (2002, p.252).

A garantia na lei, muitas vezes não é suficiente para conceder o acesso àquilo que é de direito. A população, uma vez, cônica de tal situação, poderá exigir o cumprimento dos direitos.

1.2 – A ORGANIZAÇÃO DA LDB

Dentro dessa hierarquia de documentos podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional denominada LDB, caracterizada como lei orgânica e geral da educação, tendo sua última promulgação em 20 de dezembro de 1996, em que o sistema de ensino brasileiro passa por uma nova reestruturação. Esta lei apresenta o arcabouço pelo qual deve ser desenvolvido o sistema educacional de ensino, dispondo de mecanismos a auxiliar na estrutura do mesmo, trazendo em seus artigos disposições gerais e

específicas para essa tal. Uma das modificações significativas desse documento é que o ensino passa a ser dividido em duas modalidades: Educação Básica e a Educação Superior.

A Educação Básica é constituída pela Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio que, segundo a LDB em seu artigo 22 *“a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania, e fornece-lhe meios para progredir no trabalho”*.

A educação básica congrega: a Educação Infantil que atende crianças de 0 a 06 anos de idade; o Ensino Fundamental que desde 07 de fevereiro de 2006 com a criação da lei nº 11.274/2006 passa a ser oferecido às crianças a partir de 06 nos de idade e com duração de nove anos, sendo que os estados, distrito federal e os municípios tiveram até o ano de 2010 para implementação total dessa lei, dessa forma hoje deve atingir toda população na faixa etária de 06 a 14 anos de idade. É importante lembrar que essa é a única modalidade de ensino que aparece como obrigatória nos documentos aqui já citados como: a Constituição de 1988 e a LDB 9394/96; por fim, o Ensino Médio que é considerado a última fase da Educação Básica, a ela incorporado com a promulgação da lei LDB 9394/96.

Importante ressaltar que, tanto nos textos da Constituição e como da LDB, a palavra *obrigatória* só aparece quando se trata do Ensino Fundamental, a Educação Básica. Sendo assim, todos os segmentos que a compõe tornaram obrigatória sua oferta por parte do poder público, lei (art 208 CF e LDB 9394/96 art 4, I,II,III). Segundo Cury *“a educação básica é declarada, em nosso ordenamento jurídico maior, como direito do cidadão – dever do estado”* (2008, p. 295).

Dessa forma a educação brasileira é regulamentada pelo governo federal, a Constituição garante a educação a todos e a LDB estabelece diretrizes gerais para a Educação e os estados possuem autonomia para regular a educação a partir das referidas esferas.

1.3 - Plano Nacional de Educação PNE

Mediante determinação dada pela Constituição em seu artigo 214 e da LDB em seus artigos 09º e 87 elabora-se, então, um Plano Nacional de Educação (PNE), com ações previstas para serem implementadas em 10 anos, com o objetivo de definir as diretrizes para a Educação “diretrizes para gestão e financiamento da educação, diretrizes e metas para cada nível de modalidade de ensino, diretrizes e metas para formação e valorização do magistério”(BRASIL 2001, p.07). O Plano Nacional da Educação só foi regulamentado com a promulgação da LDB 9394/96, em que obteve sua aprovação por meio da Lei 10. 172 em 09 de Janeiro de 2001, Art. 2º “A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes” (BRASIL, 2001).

O PNE 2001-2010 foi estruturado da seguinte forma: segmento de ensino, diagnóstico (no qual consta o histórico sobre a realidade na época desse segmento), seguido por objetivos e com 295 metas, em que apresenta a forma como se encontrava determinado segmento no período, proposta pela validade do documento, crescimento da população, aumento das taxas de matrículas, evasão e possíveis motivos para a evasão, seguido das Diretrizes Curriculares que contemplam a forma como o segmento de ensino deve ser organizado, suas funções, o financiamento e a respectiva avaliação. Segundo o mesmo, é importante criar mecanismos que confirmem condições de averiguar se o Plano em questão tem atingido as metas propostas, e para isso utiliza-se de alguns órgãos existentes dentro do MEC.

A avaliação do Plano Nacional de Educação deve valer-se também dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo sistema de avaliação já operado pelo Ministério da Educação, nos diferentes níveis, como os do Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB; do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos, Comissão de Autorização e Reconhecimento), avaliação conduzida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (BRASIL, 2001, p. 81)

O Plano apresenta seus objetivos, os quais versam desde a expansão gradual do número de escolas públicas, passando pela preocupação com a

estrutura física dos ambientes escolares, chegando até o incentivo à formação dos professores, apoiando-se nas metas estabelecidas pelo próprio documento.

O PNE de 2011 a 2020¹ apresenta estrutura que contém vinte metas acompanhadas de estratégias com os respectivos objetivos. Em entrevista concedida, Jamil Cury comenta a respeito das dificuldades em se fazer valer um plano nacional da educação, o qual é modificado, mas as metas permanecem inalteradas:

O PNE tem uma boa radiografia da nossa Educação, com algumas metas e objetivos claros. A versão que saiu do Congresso previa os recursos, mas o presidente Fernando Henrique vetou os valores. Com isso, o documento se tornou um mero plano de intenções. Sem verba, como cumpri-lo? Essa foi a razão do fracasso. Além disso, o PNE pecou pelo excesso de metas: 295. Se fossem em menor número e mais claras, talvez tivéssemos conseguido os recursos junto à área econômica do governo (Revista Escola. jul/2010, p. 02)

Contudo, o PNE em tramitação traz algumas alterações, que foram apontadas pelo autor anteriormente: redução da proporção das metas propostas, no caso específico do Ensino Médio, em 2010 a meta era atingir 100% dos jovens que deveriam estar cursando esse segmento. Não tendo sido possível atingi-la espera-se até 2020 lograr 85%, tendo havido também uma redução no número de metas no conjunto do documento, mas conforme Oliveira:

Nessa perspectiva, não basta apenas que se aprove isso ou aquilo. É necessário que tenhamos clareza da forma como as temáticas aprovadas serão efetivadas, tanto no âmbito do financiamento quanto da gestão. Só o acompanhamento do cidadão garante que o plano venha a se tornar realidade e, mais do que isso, que ele sobreviva a eventuais mudanças nos postos dirigentes do sistema educacional (2011, p.02).

É importante problematizar sobre a construção dos planos e em que medida há efetiva participação da população e ou de seus representantes em

¹ Destaque-se que o Plano Nacional de Educação (2011-2020) encontrava-se no momento da finalização dessa dissertação em debate e sem previsão de aprovação.

diversas instâncias, objetivando aproximar os anseios da população e da comunidade especializada ao plano a ser executado.

1.4 – O ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é um segmento de ensino da Educação Básica, na realidade a última etapa dessa educação, composto por um período de no mínimo três anos, tendo como “finalidades” as que estão dispostas no Art. 35 da LDB 9394/96

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Esse segmento de ensino proposto pela LDB 9394/96 objetiva que o aluno tenha uma formação pautada em conhecimentos mínimos, ele parte do aprofundamento dos estudos adquiridos nas séries anteriores, preparando para o mercado de trabalho, desenvolvendo a autonomia e valores éticos, traços dessa Educação prática que se instala no país a partir de 1990.

Após a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990, iniciou-se uma nova etapa na educação, alicerçada em quatro pilares que são compreendidos como: “aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros e aprender a ser” (GARCIA 2005, p 02.); conforme esse novo momento na educação esses pressupostos tornam-se peças fundamentais para a organização do sistema educacional brasileiro, pois conforme Garcia:

Pode-se perceber que são objetivos que vão muito além da informação ou mesmo do mero desenvolvimento de um conhecimento intelectual. Abarcam toda a formação humana e social da pessoa. É fácil perceber que metas desse porte

envolvem conhecimento, comportamento, conceitos, procedimentos, valores, atitudes, saber, fazer e ser. Não podem ser atingidas com um ensino livresco, fragmentado, conteudista, estereotipado, estagnado. Exigem novas perspectivas, uma nova visão para a Educação (2005, p.03).

Apreende-se que a discussão não se pauta somente na questão real em se formar um indivíduo, e nem se restringe aos limites do saber-fazer e saber-ser. , quanto menos preso a uma educação livresca, conteudista, mas na verdade o que se questiona é a falta de objetivos reais que esse segmento de ensino tem apresentado e o que efetivamente tem acrescentado na vida escolar desse aluno.

Esses pilares citados anteriormente foram definidos como “eixos norteadores” para a educação, sendo assim a atual LDB 9394/96 apresenta fortes características da educação alicerçada no conceito de competências e habilidades, presentes nesse novo modelo educacional. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) assim compreende o conceito:

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do ‘saber fazer’. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências (INEP, 1999, p.7).

O conceito tem gerado intenso debate desde os anos 1990 entre os estudiosos, pois ainda não há uma definição única a respeito. Diante desse novo modelo educacional Ramos se posiciona:

Nessa perspectiva, os novos programas do ensino médio centram-se nos conhecimentos e nas competências essenciais e não mais exclusivamente no saber enciclopédico. Além disso, obedecem à disposição geral da reforma de atribuir identidade própria ao ensino médio, antes visto apenas como um corredor de passagem entre o ensino fundamental e o ensino superior, concepção que, além de descaracterizar esse ciclo, dificulta a inserção do jovem no sistema educacional e não facilita a sua transição para o universo profissional (2006, p.23).

Analisando os documentos oficiais, a exemplo da LDB, PNE e posteriormente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é possível compreender que o saber enciclopédico, os conteúdos específicos de cada área disciplinar são deslocados para outro patamar marcado por menor importância, onde o conhecimento científico que foi construído no decorrer do tempo se torna algo aparentemente descartável, tratado em plano secundário na educação quando trabalhado. Nessa concepção, a formação desse aluno se concentra em uma formação prática, imersa na ideologia do sistema capitalista, que visa formar indivíduos para o mercado de trabalho, utilizando critérios utilizados pelas empresas, que o mesmo seja capaz de agir, fazer e ser autônomo, onde o conhecimento que pode ou deve ser adquirido em uma escolaridade de qualidade não é visto como algo importante. Ao contrário, esse tipo de formação vai contra esse modelo pré-estabelecido de educação mercadológica. Conforme Ramos:

No plano pedagógico testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. Essas competências devem ser definidas com referência a situações que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. Em síntese, em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo-se as disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (RAMOS, 2002, p. 221).

Dessa forma partimos para uma educação que dispõe os conteúdos a serem apreendidos pelo aluno em patamar secundário, em que, aparentemente, o professor deve ter domínio de *habilidades e competências* que possam oferecer aos alunos uma formação pontual.

Nesse sentido, essa educação apresenta fortes características que apontam uma preocupação extremada em preparar esse aluno de acordo com as exigências do mercado. Ramos (2002) indica que a concepção do trabalho presente na sociedade direciona os princípios educativos. Pois segundo a autora, somente os mais favorecidos economicamente são preparados para as oportunidades de emprego melhor remuneradas e que contam com prestígio social. Tendo em vista a desigualdade social presente

na sociedade brasileira, é possível afirmar que grande parte da população, portanto, na lógica do sistema produtivo, não necessariamente precisaria adquirir conhecimentos sólidos e de amplo espectro, pois deverá permanecer na condição de trabalhador de baixa qualificação para que precise preencher certas camadas de ocupações presentes na sociedade.

1.5 – ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Diante as exigências estabelecidas pela LDB 9394/96 o Ensino Médio apresenta uma organização estrutural que deve ser respeitada por todas as unidades escolares, conforme artigo 24: “a educação básica nos níveis fundamental e médio de acordo com as regras comuns: tendo uma carga mínima de 800 horas e no mínimo 200 dias letivos” e no artigo 26 relata a forma como devem ser trabalhadas essas horas, porém dando espaço para as particularidades de cada instituição escolar, partindo do princípio da necessidade de haver uma formação geral, necessária para qualquer pessoa em qualquer região ou estado do país, porém não se esquecendo da diversidade cultural que permeia a nação brasileira:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base comum, a ser contemplada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (MEC, 2006, p.23).

Conforme as exigências da LDB, na base nacional comum, Ensino Médio é composto pelas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física, Biologia, História, Sociologia, Artes e Educação Física. Já em sua parte diversificada cabe às instituições trabalharem aquilo que faz parte da cultura em que a escola está inserida, aquilo que é próprio daquela comunidade.

A ideia contida nessa formulação curricular é que a parte diversificada dê identidade a cada escola, ou seja, a LDB assegura a todas as unidades escolares o direito de adequar seus conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e da vida de seus alunos. Segundo a obra dos autores Domingues, Toschi e Oliveira “outro princípio que deve ser organizador

da parte diversificada é o conceito de trabalho concreto, isto é, o que vai além do processo produtivo e se refere à garantia da historicidade cultural do homem” (2000, p. 71).

A análise dos artigos dispostos na LDB indica que é possível observar que, nessa nova estrutura educacional proposta pelo mesmo, existe uma valorização sobre a questão cultural, que perpassa todo o processo de ensino e aprendizagem, a qual deve estar inserida no ambiente educacional. Dentro dessa lógica, hoje se pauta a educação do Ensino Médio: numa educação prática que insiste em privilegiar o sócio-cultural desse aluno, mas que não avança para o rompimento dessa realidade, e que segundo Kosik:

A realidade social concreta pode ser o ponto de partida das aprendizagens, mas somente mediante a elaboração do pensamento e a capacidade de abstração, aprende-se o “concreto pensado” (KOSIK 1989, apud RAMOS 2002 , p. 141).

A LDB visa uma sistematização nacional, ou seja, promover um sistema de ensino coordenado, que todos, em qualquer parte do país, possam aprender os conhecimentos mínimos de cada área disciplinar, e essa sistematização é muito positiva no sentido organizacional, na verdade necessária, pois estabelece as normas gerais que precisam ser cumpridas, obedecidas por outras unidades como Distrito Federal, Estados e Municípios; o problema se localiza na forma como foi elaborada, na clareza dos verdadeiros objetivos e interesses dessa organização centrada no conceito de competências e habilidades, segundo Mello:

A base nacional comum se garante pelas competências estabelecidas em cada área de conhecimento pelas quais o currículo do ensino médio deverá ser organizado. Os conteúdos são o apoio das competências. Pretende-se que todos saiam do ensino médio com a capacidade de analisar uma tendência de dados, por exemplo, e de transformar uma tendência quantitativa numa análise qualitativa. Não importa se esse dado refere-se à dilatação do metal submetido ao calor ou a tendência de votos na próxima eleição (1999, p.06).

Esse formato de ensino que tem sido apontado por alguns autores como uma etapa da Educação Básica sem identidade, conseguirá promover essa educação a que se propõe?

Para esses objetivos citados pelo autor, a LDB propõe uma base comum de ensino, mas não elimina as particularidades de cada estado ou município, permitindo em sua estrutura organizacional, espaço para a parte diversificada, que viabiliza o exercício da autonomia a cada escola desenvolver seu próprio currículo e trabalhar o mais próximo possível da realidade da comunidade. É importante destacar que a aproximação à realidade desse aluno deve ser o ponto de partida do processo ensino aprendizagem e não o fim nele mesmo, pois conforme Padilha:

Cabe à escola conhecer a concretude de vida das crianças, mas ir além, sempre – ninguém vai à escola para aprender o que já sabe, mas parte do que já sabe para aprender mais e muitas vezes substituir vários conhecimentos por outros de cunho científico ou literário (2010, p.331).

A valorização do conhecimento que os alunos possuem, o respeito pela diversidade cultural na qual ele se insere, enriquece o processo de ensino e aprendizagem, por meio da troca de informações que ocorre entre professor e aluno no contexto escolar. A LDB indica, conforme analisa Mitrulis:

O Ensino Médio é chamado a contribuir para uma formação mais geral e equilibrada dos indivíduos, atentando para o desenvolvimento de competências sociais, cognitivas, pautadas por valores de inclusão e protagonismo social, que os qualifiquem a participar de um projeto de modernização e democratização da sociedade (2002, p. 219).

À educação é, historicamente, imputada parte da responsabilidade em solucionar problemas de cunho desenvolvimentista e nesse sentido, indaga-se em que medida o professor é formado a resolver questões que não se configuram como objetivos centrais de sua profissão, que é o educar no sentido de transmitir conhecimentos oriundos de sua área curricular. Segundo Carlos Brandão:

A educação acontece em locais onde não há escola, já que por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. A educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida (1993, p. 13).

Na presente pesquisa aborda-se a educação a educação escolarizada, que se dá na organização de conhecimentos pré-estabelecidos e que devem ser trabalhados em específico por professores das diversas disciplinas. Segundo Brandão “A escola surge da necessidade de iniciar a divisão das tarefas, separando de forma hierárquica os saberes, ou seja, a necessidade de sistematizar as diferentes formas de trabalho” (1993, p. 27). Nesse sentido é possível classificarmos aquilo que pode e deve ser desenvolvido pelos professores.

Outro item que se considera relevante para a presente pesquisa refere-se aos artigos da LDB que apresentam situações relativas à autonomia escolar.

Nesse sentido, às mesmas é facultada a possibilidade de elaborar seus currículos e o projeto político pedagógico, como exemplo disso podemos citar o artigo 23 parágrafo 2º da lei: “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”. Tal perspectiva abrange a diversidade climática, levando em consideração que cada região do país tem características ambientais diferenciadas, que precisam ser levadas em consideração no momento que se está formulando o currículo de uma escola. Outro exemplo de autonomia presente na lei é encontrado no artigo 26 parágrafo 5º “Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição,” a despeito da presença da autonomia das escolas, Tiramonti, pesquisadora argentina, tece a seguinte observação, válida também para o sistema educacional brasileiro:

Embora maiores margens de autonomia possam incentivar as escolas a construir um perfil institucional próprio e dar respostas mais criativas e aderentes às problemáticas concretas que enfrentam, é preciso atentar para os limites da autonomia quando a questão é melhorar a qualidade e a equidade do sistema de ensino. Se a articulação da escola com as peculiaridades do seu entorno e com as demandas da população que atende não estiver mediada por uma proposta educativa que amplie os horizontes culturais de seu alunado, o risco é de que ela seja portadora de uma estratégia que fixe o destino dos alunos às suas condições de origem social, cultural e geográfica (TIRAMONTI, 2000, p.122).

Essa análise se refere a uma modalidade do Ensino médio, porém a LDB também apresenta uma segunda modalidade denominada como “Educação Média e Educação Profissional” que pode ser oferecida ao aluno que cursa o Ensino Médio, esse segmento organiza-se da seguinte forma expressa no art 36º da mesma Lei:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Importante destacar, que, devido ao fato de não ser contemplado pela LDB, o ingresso dos alunos a essa formação técnica se dá por meio de uma seleção, diferentemente da Educação média “básica”, oferecida a todos; ou seja, ao aluno não cabe somente o desejo de cursar, mas é preciso, primeiramente, ser aprovado para ter direito ao acesso.

Além da dificuldade ao acesso à formação técnica e considerando o público a que é direcionada e a forma como está organizada conclui-se que, por não ser unificada ao Ensino Médio, enfatiza-se a falta de identidade em relação a esse segmento de ensino, segundo Soares (2000):

O problema é que o governo tem sustentado que as reformas educacionais dos anos noventa (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996, e o Decreto 2.208/1997, que regulamenta a educação profissional) estão promovendo a unificação da escola média. Ao contrário do que sucedeu nos anos setenta, quando foi obrigatoriamente profissionalizada (Lei n. 5.692/1971), a escola média, agora, está sendo convertida em ensino de formação geral, transformando-se a

formação técnica numa suposta opção para quem quer se inserir no mercado de trabalho. Trata-se de uma estratégia para responder às críticas sobre sua falta de “identidade”. Contudo, as reformas educacionais, realizadas nos anos noventa, não apenas não resolveram o problema da dualidade — mesmo porque não o poderiam — mas colocaram em outro patamar a questão da sua “falta de identidade”: estão contribuindo para fortalecer a constituição de um sistema paralelo de formação técnica e profissional.(p.2)

A despeito da educação técnica merecer análises específicas, não nos ateremos a elas, na presente pesquisa, posto que essa questão foge do escopo desse trabalho.

A Constituição e a LDB são as peças fundamentais que regulamentam e organizam todo o sistema educacional brasileiro. Porém, existem outros documentos que também fazem parte desse cenário com propósitos e objetivos diferenciados, entre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante denominados de PCNs, que passamos a analisar.

1.6 - O ENSINO MÉDIO E OS PCNs

Os PCNs são Referenciais Curriculares elaborados pelo Governo Federal para o Ensino Fundamental e Médio, sendo uma proposta flexível com o objetivo de oferecer subsídios para as secretarias estaduais e municipais de Educação, unidades escolares e professores, para que, a partir deles, possam ser elaborados os currículos e planos de trabalho. Eles surgem para dar continuidade aos princípios da Base Comum Nacional, apontados pela LDB 9394/96, a serem complementados em sua parte diversificada, com vistas a cumprir o princípio da pluralidade cultural, aspecto destacado nesse documento.

O primeiro PCN, desenvolvido no Brasil tratou somente do Ensino Fundamental, contou no processo de sua elaboração com a participação de vários atores, após inúmeros encontros e debates entre secretários, professores universitários e da educação básica e a população nos anos de 1995 e 1996, ficando concluída a sua primeira versão em 1997, com o objetivo de orientar as políticas públicas da educação básica e as ações escolares em âmbito nacional, que, contudo, tem sido palco de diversas críticas. Conforme Teixeira:

Várias opiniões se manifestaram de forma crítica em relação ao processo de elaboração dos PCNs. Principalmente se o documento pretendia ser uma base comum nacional para o ensino fundamental, deveria ter contado com amplo processo de discussão na sua elaboração. Qualquer tentativa de enquadramento dos currículos escolares aos padrões postos pelos PCNs mais resultaria na implantação de um currículo nacional, do que na elaboração de projetos pedagógicos adequados à realidade e às expectativas das escolas (2000, p.257).

Com a implantação desse documento para o Ensino Fundamental logo se percebeu a necessidade em elaborar um PCN. Tendo em vista o objeto do presente estudo ser o Ensino Médio, a opção de análise é restringi-la aos PCNs, os quais contemplam esse segmento de ensino. O histórico desse documento registra três publicações, respectivamente em 2000, 2002 e 2006.

Para este estudo tomamos como referência o publicado no ano de 2006, a última edição, que trata especificamente do Ensino Médio na atualidade, denominado desde então como: Orientações Curriculares Nacionais, o documento relata que a sua estrutura veio de encontro aos anseios dos profissionais da área da educação, no sentido de promover um documento que possa auxiliá-los na construção do currículo e, nesse caso específico, o currículo de Ensino Médio, segundo a carta de apresentação do mesmo documento:

A proposta foi desenvolvida a partir da necessidade expressa em encontros e debates com os gestores das Secretarias Estaduais de Educação e aqueles que, nas universidades, vêm pesquisando e discutindo questões relativas ao ensino das diferentes disciplinas. A demanda era pela retomada da discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, não só no sentido de aprofundar a compreensão sobre pontos que mereciam esclarecimentos, como também, de apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o Ensino Médio (MEC 2006, p.08),

Considerando que o Ensino Médio, segundo a LDB, é de responsabilidade dos governos estaduais. Conforme regem as Orientações Curriculares Nacionais:

O objetivo desse material é contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente. Preparar o jovem para participar de uma sociedade complexa como a atual. Que requer aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida, é o desafio que temos pela frente (BRASIL/MEC, 2006, p.07).

Esse material oferecido pelo MEC aos professores e à comunidade escolar, de uma forma geral, não tem por objetivo se tornar um padrão ou um instrumento de trabalho rígido, que não permite adaptações ou adequações, mas sua intenção é se tornar algo que promova a prática educativa, um material orientador que possa vir em auxílio nas diversas situações que constituem e fazem parte do ambiente escolar, considerando que cada escola possui suas particularidades. Conforme o próprio documento: “o grande avanço determinado por tais diretrizes consiste na possibilidade objetiva de pensar a escola a partir de sua própria realidade privilegiando o trabalho coletivo” (BRASIL, MEC, 2006, p.07).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio pretendem auxiliar os educadores na reflexão sobre a prática diária em sala de aula, não com o objetivo de padronização das aulas, posto que reconhecem a impossibilidade de prever a dinâmica diária escolar, mas pretende servir de apoio ao planejamento das aulas e ao desenvolvimento do curricular da escola.

Os documentos possuem uma estrutura básica comum, assim solicitada pela LDB, apresentados em suas bases legais divididos em três partes: sendo a primeira: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que contempla as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática; a segunda Ciências da Natureza Matemática e suas Tecnologias, cujas disciplinas são: Biologia, Física, Química, Matemática, e por último Ciências Humanas e suas Tecnologias a qual contempla as disciplinas de História, Geografia, Antropologia, filosofia e Política. Hoje, mediante as leis e documentos que regem o sistema educacional brasileiro, mas de uma forma específica, a LDB e as Orientações Curriculares indicam que:

A educação não tem ênfase no ensino, mas ênfase no que é indispensável, que todos tenham aprendido no final do processo, considerando a diversidade. Todos têm direito de construir, ao longo de sua escolaridade, um conjunto básico de competências definidos pela lei (BRASIL, MEC 2006, p.15).

Se a educação não tem ênfase no ensino, qual será então sua ênfase, ou melhor, que instituição ou órgão se responsabilizará pelo ensino escolar, ou pela educação escolar?

Em termos nacionais, esses são os documentos que devem reger o sistema educacional Brasileiro: Constituição de 1988, LDB 9394/96, PNE, e PCNEM que e a partir de 2006 recebe uma nova nomenclatura Orientações Curriculares Nacionais, mas como o nosso objeto de estudo dá-se sobre a análise da legislação da Educação, Ensino Médio e da Educação Física no Ensino Médio, de forma específica se faz necessário estudar as particularidades dessa disciplina.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO FÍSICA, HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

O presente capítulo objetiva analisar a forma como se configura a Educação Física na atualidade do sistema educacional no Brasil. Para isso, torna-se necessário realizar um estudo sobre a forma como ela esteve presente historicamente analisando os avanços e retrocessos que sofreu no que diz respeito à legislação.

2.1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

O panorama da história da Educação Física nos séculos XVIII e XIX indica uma Educação Física voltada para a área da saúde de uma forma mais particular, prevalecendo nesse momento os métodos de Ginástica Europeu, Sueco e Alemão, que constituíam as primeiras teorias da Educação Física (SOARES, 2007).

Falar sobre Educação Física no Brasil, necessariamente, nos remete Rui Barbosa, o qual, no decorrer de sua vida, desenvolveu várias atividades como jornalista da República, Ministro da Fazenda e envolvido intensamente com a educação de sua época. Elaborou diversos pareceres sendo um deles relativo à introdução da Educação Física nas escolas primárias em 1882. Segundo Mormul e Machado:

A introdução da educação física foi apresentada como uma inovação proeminente. A satisfação da vida física era a primeira necessidade da infância, justificando, assim, a importância fundamental da ginástica num plano de estudos que postulava a inseparabilidade do espírito e do corpo. De acordo com Rui Barbosa, a educação física havia sido introduzida nos programas de ensino de vários países, tendo em vista sua função moralizadora, higiênica e patriótica. O substitutivo apresentava as finalidades morais e sociais da ginástica: agente de prevenção de hábitos perigosos da infância, meio de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes, responsável pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos imprescindíveis à defesa da pátria (2009, p.13).

A escola, durante o século XIX no Brasil, passou a ser vista como instituição responsável pela formação moral e cívica do cidadão brasileiro,

sendo a Educação Física um dos instrumentos para lograr tal objetivo, tendo nesse período uma preocupação extra com a saúde das crianças, segundo Soares:

A Educação Física no Brasil, em suas primeiras tentativas para compor o universo escolar, surge como promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças (2007, p. 90).

Os elementos citados acima traduzem a visão de Rui Barbosa ao incluir a Educação Física na escola, ou seja, a disciplina adentra os muros escolares, mas não possui fins propriamente de cunho pedagógico, com o objetivo de contribuir na formação dos alunos.

No ano de 1907, é instalada no Brasil a missão militar francesa dando origem à escola de Educação Física da força Policial de São Paulo. Nesse período, além de se preocupar com a saúde, também passa a refletir sobre as formas de disciplinamento para o trabalho: uma sociedade formada com um corpo saudável, que pudesse ser também produtiva (VAGO, 1999).

Em 1930 um período marcado por grandes mudanças sócio-políticas, devido ao processo de urbanização e industrialização, torna-se imprescindível uma alteração na educação a fim de atender as demandas do desenvolvimento, e mais uma vez é imputada à escola a responsabilidade de mudanças na formação para a devida adequação ao momento social e político que o Brasil passava. É nesse contexto que, segundo Cunha “a escola era vista como espaço privilegiado para a inserção do ímpeto transformador; uma escola transformada, evidentemente uma educação nova², como se pode ver no manifesto dos pioneiros de 1932”. (2001, p.87). A Educação Física esteve, portanto, apartada do contexto histórico brasileiro, e, por conseguinte sempre, acompanhou os diferentes momentos do pensamento pedagógico presentes no Brasil. As análises do período indicam que a história da Educação Física no Brasil esteve a serviço dos interesses do poder econômico.

² AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos pioneiros da educação nova. In: XAVIER, L. N. Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Durante a década 1930, a Educação Física estava estritamente ligada às instituições médicas e militares tendo como objetivo formar cidadãos com determinadas características para o mercado de trabalho que se desenvolvia no período.

Em 1939 foi criada a primeira Escola Nacional de Educação Física e Desportos, cujo curso tinha a duração de dois anos e era baseado nos conteúdos da: pedagogia, medicina e ginástica militar.

Durante a ditadura militar, período que corresponde aos anos de 1964 a 1985, a Educação Física começa a sofrer influência do movimento esportivista, assim aqui compreendido:

Essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola mas sim o esporte na escola. Isso indica a subordinação da educação física aos códigos/sentido da instituição esportiva, caracterizando-se o esporte na escola como um prolongamento da instituição esportiva: esporte olímpico, sistema desportivo nacional e internacional. Esses códigos podem ser resumidos em: princípio de rendimento atlético/desportivo, competição, comparação de rendimento e recordes, regulamentação rígida, sucesso no esporte como sinônimo de vitória, racionalização de meios e técnicas etc. (SOARES, et.al 1992.p.54).

Também atrelado à ideia de saúde, dentro das unidades escolares acreditava-se que era possível formar atletas para as disputas esportivas em níveis regionais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais segundo o autores Soares e Góes Junior:

A política governamental de Educação Física teve como principal objetivo esportivizar a Educação Física escolar, adotando um modelo piramidal que via na escola a base de formação de atletas de alto nível e de uma população saudável, atlética e ativa. Essa política era condizente com o ideário de que uma potência esportiva era fruto de uma população saudável e ativa. Não se pode esquecer que a imagem do país também era divulgada no cenário internacional pelas vitórias esportivas. (2011, p. 07-08).

Com o decorrer dos anos, percebeu-se que os objetivos propostos não foram alcançados com esse modelo de Educação Física, semelhante ao norte-americano. Tendo em vista que o Brasil não se destacou significativamente nas

competições esportivas de alto nível, como por exemplo as olimpíadas. Nesse sentido inicia-se um processo de repensar o papel da Educação Física nas escolas.

Em 1990 surgem então diferentes concepções teóricas e metodológicas, para este fim. Destaca-se, nesse momento, a obra (1992) “ A Metodologia do Ensino da Educação Física” (a qual recorreremos para explicar o fenômeno esportivista na escola anteriormente). Sua elaboração partiu da iniciativa de vários professores/pesquisadores que tinham o objetivo de produzir um material que pudesse auxiliar os professores a desenvolverem a tarefa de planejar, repensar e executar as aulas de Educação Física. No processo de elaboração dessa obra, foram realizados três seminários de estudos até concluírem esse material, segundo os autores Pinto, Mendonça e Jacobs;

É neste contexto que o Coletivo de Autores publica em 1992, a obra Metodologia de Ensino da Educação Física. Reportando-se a questões teórico-metodológicas da Educação Física Escolar apresentam um consistente debate entre duas possibilidades no campo pedagógico, a *Reflexão sobre a Cultura Corporal ou Desenvolvimento da Aptidão Física* (2003, s/p).

A década de 1990 foi palco de várias discussões a respeito da educação nesse período que deu início a uma educação de caráter prático, mesma lógica estabelecida na atual LDB, a qual apresenta uma nova redação para a Educação Física como Componente Curricular da Educação Básica. A inclusão da disciplina como componente curricular levou mais de 30 anos para ser conquistado.

Como pode ser visto as disciplinas escolares não se estabelecem no currículo escolar de maneira pacífica, conformando-se às orientações oficiais, mas ao contrário, guardam relações conflituosas com as teorizações acadêmicas se as recomendações oficiais, ora acatando-as, ora resistindo a elas, ora reformando-as ou deformando-as (SOUZA JUNIOR e GALVÃO, 2005, p.396).

Para compreender o significado da área de Educação Física até ser considerada um Componente Curricular da Educação Básica, é preciso

analisar os mecanismos legais, que sofreu no decorrer da história, os caminhos que percorreu até ser assim considerada. Segundo Saviani

Entendemos componente curricular como “a forma de organização do conteúdo de ensino em cada grau, nível e série, compreendendo aquilo sobre o qual versa o ensino, ou em torno do qual se organiza o processo de ensino aprendizagem” (1994, p.142).

Pertencente, então, à grade Curricular da Educação Básica, abandonando a condição de atividade, e passando a ser considerada Componente Curricular torna-se efetiva sua contribuição para o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, pois se abandona o caráter somente motor, e não é mais apenas uma atividade física descomprometida do processo educacional que deve acontecer dentro das unidades escolares. Desse modo juntamente com as demais disciplinas, precisa, a partir de sua especificidade, contribuir na formação dos alunos.

2.2 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA LDB

Na história do sistema educacional, houve a promulgação de três Leis de Diretrizes e Bases da Educação nos respectivos anos: 1961, 1971 e a em vigor de 1996, pois até o ano de 1960 o sistema educacional era centralizado pelo Ministério da Educação (MEC), sendo os órgãos estaduais e municipais obrigados a seguirem esse modelo.

Após treze anos de debate, é aprovada a primeira LDB em 20 de dezembro de 1961 conhecida como Lei nº. 4024, que trata em específico as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, dando assim mais autonomia aos órgãos estaduais e municipais, no que se refere a Educação Física, em seu artigo 22 relata que: “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primários e médio, até a idade de 18 anos”. E ainda: “*será obrigatória à prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior*” (BRASIL, 1961). Nesse documento observa-se nítida valorização sobre a prática esportiva, característica do período em que vive a sociedade como já discutido anteriormente.

Contudo na LDB promulgada em 11 de agosto de 1971, caracterizada como Lei nº. 5692 que trata das “Diretrizes e Bases da Educação para os Ensinos de 1º e 2º Graus, e dá outras providências”, a Educação Física se apresenta da seguinte forma, artigo 7º: “Será obrigatória à inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus”.(BRASIL, 1971) essa redação já não estipula o limite de idade, pois a prática se estendia aos alunos do curso superior, mas que, até então, considerada como mera atividade física. À época do Decreto nº. 69.450/71, a Educação Física era vista como, artigo 2º “A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino”. Esse mesmo Decreto que aponta a Educação Física como atividade física em sua redação no capítulo II, que trata a compensação e controle, em seu artigo 6º aponta as facultatividades “Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, é facultativa a participação nas atividades físicas programadas”, ou seja, permitia dispensar os alunos que: estudassem no período noturno, trabalhassem mais de seis horas diárias, tivessem mais de 30 anos, prestassem serviço militar, ou fossem portadores de alguma deficiência física, concepção que se assemelha à forma com que a Educação Física se caracteriza nas escolas atualmente, no que concerne às facultatividades.

A supervalorização da prática esportiva está fortemente presente no Decreto nº 69.450/71 citado anteriormente, pois era dado ao aluno o direito de substituir as aulas de Educação Física escolar caso tenha participado de alguma disputa esportiva, Art . 9º,

A participação de estudantes de qualquer nível de ensino em competições desportivas oficiais, de âmbito estadual, nacional ou internacional, bem como as suas fases preparatórias, será considerada atividade curricular, regular, para efeito de assiduidade em educação física. (BRASIL,1971).

A despeito desse artigo encontramos uma área disciplinar que está inserida no currículo, mas totalmente descaracterizada dos objetivos

pedagógicos, pois a mesma pode ser substituída por qualquer disputa esportiva, destacando-se que, nesse caso, a ênfase dada era a aptidão física.

O Decreto, acima referido, só foi revogado com a promulgação da atual LDB em 20 de dezembro de 1996, que regula as diretrizes e bases da educação nacional, e determina a Educação Física como Componente Curricular da Educação Básica, sendo facultativa somente nos cursos noturnos.

Em 12 de dezembro de 2001 pela Lei 10.328, é inserida a palavra “obrigatória” no texto da LDB que trata especificamente da disciplina de Educação Física, no parágrafo 3º art. 26, reforçando a questão da obrigatoriedade da disciplina na educação básica, mas em 1º de dezembro de 2003 foi sancionada a lei 10.793 que retomou o decreto 69.450 de 1971, sendo ela novamente facultativa em diversas situações, o qual vigora até os dias de hoje, o qual mantém a Educação Física da seguinte forma (BRASIL, 2003):

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Analisando os textos das LDB de 1996, pode-se afirmar, baseando-se em Souza Junior e Darido (2009) que houve, no mínimo, um retrocesso de 30 anos na história dessa disciplina curricular. Em 1996 deixa de ser uma mera atividade física e passa a fazer parte do rol de disciplinas consideradas como Componente Curricular obrigatório, e sendo facultativa aos cursos noturnos.

Não é difícil concluirmos que apesar de suprimir a facultividade da Educação Física nos cursos noturnos, a Lei 10.793 de 2003 representa um retrocesso de mais de 30 anos no que diz respeito aos pressupostos que respaldam os conhecimentos da área da Educação Física (SOUZA JUNIOR e DARIDO, 2009, p. 03).

Contudo, em 2003 retrocede não no sentido de voltar a ser uma atividade, mas em ser oferecida a uma parcela mais restrita de alunos em função da facultatividade; devido às mudanças na legislação a Educação Física sofre grandes dificuldades em se consolidar como componente curricular obrigatório, mesmo isso já tendo sido declarado por lei. A facultatividade atinge de forma expressiva em específico aos alunos do Ensino Médio que em sua grande maioria são trabalhadores.

É nesse contexto em que está inserida a disciplina de Educação Física que, perante a lei considerada como parte integrante da Educação Básica e obrigatória a todos os segmentos que compõe esse nível de escolarização, sendo assim fazendo parte do currículo escolar, precisa ter objetivos e programas pré-definidos conforme apontam os autores Souza Junior e Galvão

Enfim, o currículo amplia o sentido de organização disciplinar, no sentido de regras de conduta, para o sentido de organização disciplinar, compreendendo objetos, partes e matérias do ensino” (2005, p.395).

Porém estar presente no currículo para essa área disciplinar não está sendo suficiente para contornar a questão da desvalorização, pois mesmo sendo considerada Componente Curricular obrigatório, é possível afirmar que ela ainda é desvalorizada se comparada às demais disciplinas escolares, tidas como mais importantes como Língua Portuguesa e Matemática, haja vista que os sistemas de avaliação, a exemplo do aplicado nas escolas estaduais paulistas privilegiam, em alguns anos, as duas disciplinas. Há ainda a concepção de uma Educação Física marcada como não associada ao sistema educacional, e visa, de forma particular, somente o desenvolvimento motor.

No entanto, é comum encontrarmos pessoas que acreditam que a Educação Física escolar é composta apenas de atividades físicas que exijam movimentos técnicos, que funcione como atividade recreativa ou de passa tempo; ou que proporcione a compensação de rotina da sala de aula. Por ser uma aula realizada, muitas vezes, em locais diferenciados e abertos, com características distintas das demais disciplinas da escola, ainda se imagina que ela não tenha finalidade educativa e surja do imprevisto (OLIVEIRA et.al, 2010, s/p).

À luz da concepção de educação que valoriza estritamente os conteúdos vinculados às formas de avaliação, a Educação Física tende a ficar relegada a um plano secundário, posto que não é cogitada sua inclusão nos mecanismos de avaliação. Seu caráter pode ser compreendido pela comunidade escolar como uma atividade apartada e sem compromisso com a formação dos alunos e sem o papel de contribuir por meio de conhecimentos sistematizados. Soma-se a essa perspectiva a premissa de oferecer aos alunos várias possibilidades e situações de dispensas por diversos fatores que podem levar a consolidar a secundarização da disciplina no currículo escolar, compreendendo como uma aula que não contribui para a formação dos alunos.

No ambiente escolar existe uma organização curricular determinada por alguns dos documentos aqui analisados, e para melhor compreendê-la passamos a elencá-las.

2.3 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio possuem uma estrutura básica comum dividida em três partes, que são: volume 1: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, tendo a Educação Física como parte integrante, volume 2: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e volume 3: Ciências Humanas e suas Tecnologias (MEC, 2006).

No volume que contempla a disciplina de Educação Física, também estão presentes as de Línguas Portuguesa e Estrangeira Moderna, Informática e Artes.

O material analisado refere-se as Orientações Curriculares Nacionais de 2006, sendo ele a última versão publicada. Desenvolvido pelo Ministério da Educação em 2004, é, segundo o documento, fruto de diversos seminários e discussões que envolveram profissionais que estão trabalhando diretamente com a Educação Física.

As Orientações Curriculares Nacionais foram elaboradas com o intuito de orientar e até mesmo aguçar novas discussões sobre as práticas pedagógicas no que se refere à disciplina de Educação Física, que ainda se encontra em constante discussão entre suas várias vertentes no que diz

respeito a qual seria seu papel no ambiente escolar. Segundo esse documento *“Longe de ter se tornado um consenso, a Educação Física foi e é, ao longo da história da educação brasileira, palco de debates, conflitos e negociações acerca do seu papel na escola”*. (MEC 2006, p.219). Os diferentes enfoques que teve essa disciplina curricular ao longo da história dificulta a definição de objetivos claros e específicos quanto aquilo que deve ser trabalhado dentro do contexto escolar, segundo o autor

Verifica-se que a cada momento da história a Educação Física se caracterizou de forma diferente, com finalidades que se adequaram aos interesses de cada época, isso certamente provoca, até hoje, reflexos na sua atuação no âmbito escolar, podendo-se observar antagonismos, conflitos e indefinições quando nos referimos à problemática que envolve sua prática, já que não apresenta, ainda, um corpo estável de conhecimento e objetivos (Oliveira et. al 2010, s/p.).

Muitas abordagens foram desenvolvidas especialmente a partir da década de 1990, com intuito de preencher essa lacuna, podemos citar algumas abordagens: crítico-superadora (SOARES,1992), a qual estabelece critérios para uma sistematização voltada a esta disciplina no contexto escolar. Segundo Soares:

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criados e culturalmente desenvolvidas. (SOARES et all. 1992, p.39).

Nesta perspectiva teórica, a cultura corporal é concebida como prática social produzidas pela ação do trabalho que tem como objetivo atender as necessidades sociais. Assim, a abordagem crítico-superadora ultrapassa a concepção tradicional de Educação Física cujo objetivo era a aptidão física.

A abordagem sistêmica defendida por Betti (1991), cuja obra de destaque é *“Educação Física e Sociedade”*, visa promover o desenvolvimento integral do homem, baseada nos conceitos filosóficos e sociológicos. Nela, o processo de ensino e aprendizagem é considerado um conjunto de tomada de

decisões por parte do professor e dos alunos. A participação é, portanto, o eixo central da proposta que compreende que os alunos na Educação Física participam de todas as atividades propostas, Betti (1991) denomina tal perspectiva de “princípio da não exclusão”. Segundo Carvalho:

Sendo assim o que ficou claro na obra Educação Física e Sociedade de Mauro Betti é que não existe uma única resposta, e sim várias interligadas. Estas respostas conciliam harmoniosamente a uma prática pedagógica que inter-relaciona atividades específicas da Educação Física com as peculiaridades sociais. Nesta perspectiva o aluno é visto como um ser social que influencia e que é influenciado constantemente por outros e pelo meio que o cerca (2011, p. 06).

Nessa abordagem espera-se que a Educação Física escolar possa propiciar aos seus alunos a maior diversidade e possibilidades de vivências práticas, e de que todos os alunos possam participar das atividades propostas.

A abordagem cultural sugerida por Daólio (1993) destacada em sua obra “Educação Física escolar: uma abordagem cultural, tem o intuito de romper com as propostas existentes pautadas em uma Educação Física que privilegia a dimensão biológica, onde o corpo humano é entendido somente como um conjunto de ossos, músculos e articulações, sem considerar a dimensão cultural. Essa perspectiva pode ser analisada criticamente, posto que é possível ponderar que se os corpos são considerados biologicamente iguais, a Educação Física poderia também seguir essa mesma lógica e, portanto, as aulas deveriam ser iguais para todos, e em todos os lugares a aula deveria ser a mesma.

A abordagem cultural foi desenvolvida concebe o homem por suas especificidades particulares e individuais, e se utiliza da cultura para explicar a forma de realização particular dos movimentos de cada indivíduo, dentro dessa abordagem além de uma constituição biológica, o homem também é constituído pela cultura, segundo Daólio

ao considerar o ser humano e a cultura, a área partiu inicialmente de definições biológicas para entender o comportamento humano, ampliando-as posteriormente, englobando os aspectos psicológicos e as implicações sociais até abarcar a discussão cultural, a partir da qual o ser humano

pôde ser considerado de forma mais ampla e dinâmica. (2003, p.115).

Sendo assim, diante desse princípio a valorização da questão cultural só amplia o olhar do professor de Educação Física quando estiver ministrando e observando o movimento de seus alunos nas aulas. A abordagem cultural defende uma Educação Física plural, onde cada aluno desenvolverá as atividades conforme sua constituição biológica e cultural, não existindo formas corretas de execução do movimento, e sim diferentes formas de execução.

Na abordagem crítico-emancipatória defendida por Kunz (1994) o esporte é considerado um agente transformador, onde o aluno é convidado a refletir criticamente e emancipadamente sobre o corpo. Essa abordagem faz uma distinção entre o esporte tradicional e o esporte escolar, espera-se que o esporte escolar diferentemente do tradicional não seja excludente, pois segundo Kunz

“[...] o esporte passa por uma transformação didático-pedagógica para atender as possibilidades de realização bem-sucedida de todos os participantes do ensino e não apenas de uma minoria.” (KUNZ, 2001, p.18).

A abordagem crítico- emancipatória baseia-se nos conhecimentos da filosofia, sociologia e política, o ensino nessa concepção “visa o saber-fazer, o saber-pensar e o saber-sentir” (KUNZ, 2001, p. 75). Nessa abordagem cabe ao professor organizar e estruturar suas aulas com embasamento teórico, mas também existe espaço para o aluno em participar dessa organização.

Diferentemente das abordagens estudadas até agora que apresentam um tratamento pedagógico destinado a todos os elementos da cultura corporal a serem trabalhados na aula de Educação Física, a abordagem crítico-emancipatória apresenta um tratamento pedagógico somente ao conteúdo voltado ao esporte, não se referindo aos demais conteúdos que fazem parte da cultura corporal.

Há, ainda outra abordagem que também teve grande repercussão para a área: a construtivista-interacionista de Freire (1997)³. No livro “Educação de Corpo Inteiro”, é apresentada a proposta analítica baseada na construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, visando debater

que todo conteúdo deve estar relacionado aos aspectos cognitivos, não somente para a área da Educação Física, mas para todas as disciplinas escolares. A abordagem em foco valoriza a questão da interdisciplinaridade no contexto escolar, a qual referencia-se teoricamente nos estudos de Jean Piaget. Segundo João Batista Freire

a criança não possui a teorização do brincar, mas é especialista em brincar e esse conhecimento deveria servir também de base para as aulas de Educação Física e não somente o que aprendesse nos livros didáticos (2008, p. 112) .

Nessa abordagem salienta-se a importância em valorizar o conhecimento que a criança possui, respeitando as diferenças de cada indivíduo e valorização do universo cultural de cada aluno. Há, também, forte ênfase no resgate da cultura popular na qual este aluno está inserido. O jogo, por exemplo, é considerado como o melhor instrumento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

São inúmeras as possibilidades de abordagem teórica na disciplina no contexto escolar, e que aqui destacamos algumas delas, porém constata-se que ainda não existe um consenso por parte dos estudiosos a respeito da forma como deve ser configurada essa disciplina no contexto escolar, mesmo que os conteúdos já tenham sido pré-definidos.

Defendem uma concepção da Educação Física que pode e deve auxiliar no processo de formação dos alunos por meio dos conhecimentos oriundos de sua área disciplinar, e acima de tudo, respeitando a sua especificidade. Nesse sentido, a discussão abarca quando e como alguns conteúdos podem ser trabalhados, e de que forma trabalhá-los.

Existe hoje certo consenso na literatura especializada de que jogo, esporte, ginástica, luta e dança são os conteúdos da Educação Física na escola. Como estas são manifestações da cultura corporal de movimento atravessadas por diversos valores e sentidos (ligados à saúde, ao lazer, à espetacularização, à moralidade etc.), bem como presentes em diversas dimensões sociais (educacionais, econômicas, políticas etc.), o que a Educação Física como disciplina escolar faz é selecionar e tratar pedagogicamente algumas possibilidades daquelas manifestações, a partir de certas intencionalidades educacionais explícitas ou implícitas, que mudam conforme os contextos históricos (BETTI, 2011, p.23) .

A crítica levantada por alguns autores (BRACHT, 2011; BETTI, 2011) refere-se à responsabilização da decisão a respeito dessa pré-seleção de conteúdos. A quem cabe decidir: ao aluno, professor, escola, às Secretarias de Educação, ao Município, ao Estado, etc. Assim, a autonomia aparentemente existente nessa disciplina curricular pode permitir ao professor promover uma Educação Física diferenciada e comprometida, que consiga articular as orientações vindas dos respectivos órgãos de ensino como Nacionais, Estaduais, entre outros já existentes, abrindo essa discussão para os alunos participarem da escolha desses conteúdos, e o professor ser capaz de produzir seu próprio material didático pedagógico para essa área disciplinar, buscando assim contribuir na formação dos alunos; em contrapartida, a ausência desse material, a falta dessa organização curricular, pode prejudicar o trabalho daqueles que não conseguem fazer essa elaboração, ou pior, fortalecendo os profissionais que não estão comprometidos com o processo de ensino e de aprendizagem. Segundo Bracht:

Nesse contexto, encontramos nos cotidianos escolares práticas pedagógicas em Educação Física que ainda podem ser caracterizadas como da EF tradicional, mas também dois outros “extremos” vêm ganhando algum terreno e importância. Trata-se, por um lado das **práticas inovadoras** (muitas vezes orientadas na produção do chamado Movimento Renovador), mas, por outro, de práticas de desinvestimento pedagógico, ou seja, a prática da “não-aula”, do mero ocupar as crianças com uma bola sem intervenção pedagógica intencional e efetiva (2011, p.15).

A diversidade que acompanha o debate em torno da disciplina pode se caracterizar como um obstáculo para a realização de uma organização curricular capaz de atender demandas tão diferenciadas. Mas, pondera-se aqui que é possível a elaboração de diretrizes comuns: “Entendemos que um dos papéis da Educação Física é compreender e discutir junto a esses jovens os valores e significados que estão por trás dessas práticas” (MEC,2006 p.223). Segundo as Orientações Curriculares “A legislação é clara em garantir ao aluno a oferta do componente curricular, mas quem deve garantir o tempo e o espaço adequados a ele são os professores”. (idem, p.217). Conforme cita o documento a Educação Física ainda se encontra em um processo de provar

sua verdadeira importância dentro do ambiente escolar, conquistar seu verdadeiro espaço, mesmo que a lei, aparentemente, já tenha dado a ela o seu devido lugar.

Segundo os autores Souza Junior e Darido “*o status da disciplina de Educação Física no contexto escolar não se equipara as das demais disciplinas*” (2009, p.01). A partir dessa constatação é importante indagar em que medida as aulas destinadas à educação física são relegadas e dispensadas quando outras atividades se sobrepõem no cotidiano escolar a exemplo da organização de festas, apresentação de filmes etc.

Então de que forma as Orientações Curriculares contemplam a disciplina de Educação Física e qual o lugar que ela deve ocupar dentro do ambiente escolar e de que forma garantir seu espaço?

Analisando as Orientações Curriculares observa-se que a disciplina tem nele suas particularidades reconhecidas e que a difere das demais. Mas, pondera-se, ser diferente não confere juízo de valor, mas sim, significa que a disciplina é melhor ou pior do que as demais que compõem o currículo básico, as diferenças se apresentam principalmente no que se diz respeito a sua especificidade, que acarreta a necessidade de ter um ambiente diferenciado para ser trabalhada “*Portanto, trata-se de uma área de conhecimento que exige espaços e tempos diferenciados dos espaços e dos tempos tradicionalmente tratados na escola...*” (MEC, 2006 p.225). Indagamos se todas as nossas escolas possuem esse local diferenciado, ou até mesmo materiais próprios a essa disciplina para que o professor possa desenvolver suas aulas. O reconhecimento dessa necessidade, por meio de um documento de nível federal, não se mostra suficiente para a efetivação dessa disciplina no ambiente escolar. Se as condições físicas e materiais não são adequadas à prática da disciplina, estas não são impeditivas para o desenvolvimento das aulas, de criar situações que permitam ir além das restrições, pois segundo Freire (1997) “O que falta nas escolas na maioria das vezes, não é material é criatividade. Ou melhor, falta o material mais importante. Essa tal criatividade nunca é ensinada nas escolas de formação profissional!” (p.67).

Existem também outras diferenciações que vão além do ambiente e materiais, pois é uma disciplina que utiliza do corpo como principal instrumento de ensino e aprendizagem, sendo sua especificidade o movimento, mas que,

em alguns momentos, essas diferenciações se apresentam como fim nelas mesmas, se faz presente em nosso meio a concepção de que os conhecimentos oriundos do corpo, ou do movimentar-se estão em uma patamar inferior, onde a mente sobrepõe ao corpo, como se um não estivesse ligado ao outro, Freire (1997) em sua obra “ Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física”, aborda a necessidade de romper com a ideia de que a disciplina de Educação Física é um componente curricular que trata em específico dos corpos dos alunos, como se isso fosse possível, segundo o autor:

Corpo e mente devem ser entendidos como componentes que integram um único organismo. Ambos devem ter assento na escola, não um (a mente) para aprender e o outro (o corpo) para transportar, mas ambos para se emancipar.(1997, p. 13-14).

Mesmo sendo o movimento a especificidade da Educação Física e todos os conteúdos a serem trabalhados por essa disciplina devem estar associados de algum modo ao movimentar-se, não significa que o pensar através desse movimento, jogo, esporte ou qualquer outra atividade física não faça parte dos objetivos dessa disciplina curricular.

As Orientações Curriculares reconhecem as particularidades dessa área disciplinar que difere das demais aponta, ainda, a necessidade de se elaborar diretrizes curriculares, e a importância de valorizar os aspectos culturais que todos os agentes estão envolvidos. Por outro lado, o documento não propõe aos professores uma seleção de conteúdos que possam ser trabalhados durante as aulas, pois configura-se como um material para auxiliar os professores para elaborarem seu plano de trabalho:

Um documento curricular é a definição de uma grade de conteúdos e sua sequência didático-pedagógica. O que ensinar, como ensinar e quando ensinar é o eixo da expectativa em geral. Este documento não possui essa característica. Pode ser que, a partir dele, as redes federal, estaduais, municipais ou cada escola ou conjunto de escolas possam formular outros documentos e avançar na perspectiva de definição de conjuntos de conteúdos organizados e sistematizados a partir de interesses mais localizados. Pelos seguintes motivos, não é função deste documento cumprir tal expectativa (MEC,2006 p.225).

No documento se faz presente, em diversos momentos, a preocupação e o respeito à realidade cultural em que cada escola está inserida, e oferecer um material rígido seria ignorar tais aspectos. Conforme as Orientações Curriculares:

Não pode, portanto, um documento que busca o diálogo determinar para todas as escolas o que deve ser ensinado nas aulas de Educação Física; só é possível determinar/selecionar/escolher conteúdos se houver uma definição de assuntos ou temas a priorizar, tanto por parte da comunidade escolar quanto dos professores, a partir da especificidade de suas disciplinas. É muito mais rica a tentativa desistematizar aquilo que as comunidades praticam do que impor pacotes de atividades institucionalizadas, universais. (MEC 2006, p.226)

Em linhas gerais as Orientações Curriculares não têm por objetivo tratar de forma mais aprofundada como a disciplina de Educação Física deve ser trabalhada na escola, deixando bem claro, em diversos momentos, que essa função caberia a outros seguimentos como: Distrito Federal, estados e municípios. Como apresenta o próprio documento, são as unidades federativas, estaduais, ou municipais que trabalham de forma mais aprofundada os conteúdos que devem ser desenvolvidos em cada segmento de ensino. Analisaremos de que forma a Educação Física é contemplada pela proposta curricular do Estado de São.

CAPITULO 3 – A EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

O presente capítulo visa analisar as características da Proposta Curricular do Estado de São Paulo e as particularidades no que tange à disciplina de Educação Física.

A Proposta Curricular é um material elaborado pelas Secretarias da Educação que tem como objetivo orientar o trabalho dos professores, devendo apresentar uma estrutura a todas as áreas disciplinares, considerando os anos e os bimestres de cada segmento de ensino. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo posiciona-se frente a essa política da seguinte forma:

Ao propor, coordenar e avaliar o desenvolvimento curricular, a Secretaria de Educação do Estado dá continuidade aos esforços anteriores para completar o percurso final entre as diretrizes, parâmetros e propostas didáticas, explicitadas nas diversas práticas realizadas nas salas de aula e nas escolas (SEE-SP, 2008).

A Proposta Curricular é um material que visa dar continuidade às orientações estabelecidas pelos PCNs, onde delega em seus documentos que o Distrito Federal, Estados e Municípios são responsáveis por organizar um material didático que ofereça às unidades escolares os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina curricular.

Mediante a reorganização curricular proposta pelos PCNs, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo elabora sua Proposta Curricular cujo objetivo é orientar o Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) e o Ensino Médio. Esse documento pretende propor um currículo único capaz de *“garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que nossas escolas de fato funcionem como uma rede”* (2008, p.03).

Contrapondo-se à ideia de autonomia escolar proposta pela LDB a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo menciona na carta de apresentação da proposta curricular criada em 2008 a seguinte frase:

A criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que deu autonomia às escolas para que definissem seus próprios

projetos pedagógicos foi um passo importante. Ao longo do tempo, porém essa tática descentralizada mostra-se ineficiente. Por esse motivo propõe agora uma ação integrada e articulada, cujo objetivo é organizar o sistema educacional de São Paulo (SEE-SP 2008 p.6).

Alguns autores, a exemplo de Castro (2001) e Pinto (2007) apontam dados que, segundo eles, podem ter influenciado a Secretaria da Educação na elaboração desse material que vai além da organização, ou seja tal concepção educacional aponta o trabalho no sistema capitalista como organizador das reformas educacionais.

No Brasil, os resultados das avaliações feitas sobre o desempenho educacional dos alunos das escolas públicas não têm sido nada auspiciosos, chegando mesmo a uma situação preocupante. No caso da rede de escolas públicas estaduais de São Paulo, estado mais rico do país e onde se encontram muitas das cidades com os maiores orçamentos, a situação não tem sido diferente e, em algumas comparações realizadas com estados com orçamentos mais modestos, a situação paulista é ainda mais preocupante. Os resultados do Enem de 2007 mostram um exemplo dessa situação: a melhor classificação de uma escola estadual na cidade de São Paulo deixou-a em apenas 355^º lugar no conjunto das 976 escolas avaliadas. Ainda na cidade de São Paulo, 75% das escolas estaduais estão atrás dos resultados obtidos pela pior escola particular da cidade (RIBEIRO, 2008, p. 01).

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo foi elaborada com o objetivo de oferecer um material capaz de dar suporte aos professores da rede de ensino estadual, com vistas a ser continuamente aperfeiçoado dadas as mutações no currículo. Lembra a então Secretária da Educação do Estado de São Paulo Maria Helena Guimarães de Castro que:

Apesar de o currículo ter sido apresentado e discutido em toda a rede, ele está em constante evolução e aperfeiçoamento, mais do que simples orientação o que propomos, com a elaboração da Proposta Curricular e de todo material que a integra, é que nossa ação tenha um foco definido (2008, p.6).

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo visa propor um currículo único nos níveis de Ensino Fundamental II e Médio, apoiado na estrutura estabelecida pela LDB, “oferecendo um material didático, com o objetivo de dar suporte ao trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a

melhoria da qualidade da aprendizagem de seus alunos”, (SEE-SP, 2008, p.03) a Proposta Curricular não está focada somente no trabalho do professor ela também se dedicou à elaboração de materiais que venham a auxiliar os responsáveis pela gestão escolar, conforme a mesma:

Integra esta Proposta Curricular um segundo documento, de Orientações para a Gestão do Currículo na Escola, dirigido especialmente às unidades escolares e aos dirigentes e gestores que as lideram e apóiam: diretores, assistentes técnico pedagógicos, professores coordenadores, supervisores. Esse segundo documento não trata da gestão curricular em geral, mas tem a finalidade especificidade apoiar o gestor para que seja um líder e animador da implementação desta proposta curricular nas escolas públicas estaduais de São Paulo (SEE-SP, 2008, p 03).

Segundo a visão da Secretaria do Estado de São Paulo apreende-se que essa atribui o sucesso ou fracasso de qualquer projeto na forma como os agentes se envolvem e se comprometem com a política. Ainda de acordo com esse órgão central, aponta que para o desenvolvimento do projeto foi realizado um levantamento do acervo documental e técnico pedagógico existente e uma consulta a escolas e professores com o objetivo de sistematizar e divulgar as boas práticas existentes nas escolas de São Paulo (SEE-SP, 2008). Acerca do processo de elaboração e implantação dessa Proposta Curricular nas escolas existe certa discussão sobre o mecanismo - utilizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo:

Primeiramente gostaria de salientar que a Proposta Curricular apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em 2008 e posta como currículo oficial no ano de 2009, não deve ser encarada como uma Proposta e sim como um pacote educacional. Esta afirmação advém do fato de não ter havido efetivamente discussões com o corpo docente das unidades escolares sobre a referida proposta. Sua implementação veio de forma autoritária, não dando em nenhum momento chance do professor – na ponta do processo educativo – ler, discutir, concordar ou discordar da proposta (MARQUES et.al, 2008, p.13).

Existem algumas divergências em relação à elaboração e à implementação desse material, e uma das maiores críticas (LADEIRA et al. 2008 e VENÂNCIO e BETTI 2010) se refere a não preparação desse professor

para trabalhar com esse material. Argumenta a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em sua Proposta Curricular que: “essa iniciativa pretende ser mais do que uma declaração de intenções, mas o início de uma contínua produção e divulgação de subsídios que incidam diretamente na organização da escola” (2008, p.08). Segundo o mesmo documento é dever da Secretaria “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede”(idem, p.03). Autores, a exemplo de Ciavatta e Frigotto (2003) também discutem esse modelo de educação baseado em competências oriundas das reformas educacionais da década de 1990, segundo Hypólito:

[...] a escola transitou de um modelo tradicional, que se caracterizava pela autonomia do professor em relação ao ensino e à organização escolar e por processos burocráticos praticamente inexistentes, para um modelo técnico-burocrático, caracterizado pela redução da autonomia do professor em relação ao ensino e à organização da escola [...].(1991, p. 4).

Dentro dessa lógica, a Proposta Curricular organizada pela Secretaria do Estado de São Paulo oferece aos professores da rede um conjunto de documentos, que foram nomeados de “*cadernos do professor*” acompanhado pelos “*cadernos dos alunos*” organizados por bimestre e disciplinas, que oferecem a cada disciplina os conteúdos que devem ser trabalhados durante os quatro bimestres do ano letivo.

No que se diz a respeito à disciplina de Educação Física, vale ressaltar o ineditismo para essa área curricular, onde o material deve ser utilizado por todas as escolas estaduais do ensino fundamental II e Ensino Médio, cujos princípios serão analisados adiante. Segundo a Proposta Curricular do Estado de São Paulo:

Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série e acompanhados de orientações para a gestão da sala de aula, para a avaliação e a recuperação, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extra-classe e estudos interdisciplinares (2008, p.09).

A análise do material didático revela que para o conjunto das disciplinas não há, genericamente, transformações relevantes. Contudo, para a disciplina de Educação Física tal forma de sistematização é aqui considerada como inovadora:

Apesar das inúmeras críticas, acreditamos que o livro didático pode de fato colaborar com o trabalho docente, com a promoção das aprendizagens dos alunos e com fortalecimento da importância da Educação Física na escola. (RODRIGUES e DARIDO 2011, p.49).

Nesse sentido, esse material pode contribuir para que o professor organize o planejamento das aulas, por meio de seus conteúdos e especificidades, e, assim, contribuir na formação dos alunos. Contudo, não se aventa na presente pesquisa o debate acerca da autonomia do professor, posto que o material procura definir aquilo que pode ser trabalhado para cada segmento de ensino, não se compreendendo aqui seu caráter impositivo na conduta das aulas. Nessa lógica é pertinente conhecer a maneira que a Proposta Curricular do Estado de São Paulo contempla a disciplina de Educação Física, a forma como a organizou e contemplou os conteúdos a serem desenvolvidos por essa área disciplinar.

3.1 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A proposta Curricular do Estado de São Paulo para a disciplina de Educação Física é parte do conjunto de documentos elaborado pela Secretaria da Educação no ano de 2008, onde foi desenvolvida por autores reconhecidos na área⁴:

No Estado de São Paulo um grupo reduzido de professores foi convidado para elaborar o livro didático de Educação Física. No ano de 2008 foi lançado o livro didático destinado aos professores, já no ano de 2009 foi lançado o livro didático dos alunos, com autoria de outro grupo de professores. Tal

⁴ São os seguintes os autores que participaram da elaboração do material da SEE-SP: Adalberto dos Santos Souza, Jocimar Daolio, Luciana Venâncio, Luiz Sanches Neto, Mauro Betti, Sérgio Roberto Silveira

proposta teve grande repercussão entre os professores, recebendo elogios quanto aos conteúdos veiculados e críticas quanto à política de elaboração, distribuição e implementação do material (LADEIRA, 2008 apud, DARIDO, 2011, p. 51).

A Proposta que contempla o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio é dividida em três partes: a primeira trata a concepção da Educação Física pela perspectiva cultural; a segunda aborda os conteúdos do Ensino Fundamental II, e por fim, os conteúdos do Ensino Médio. Uma vez que essa pesquisa tem como foco o Ensino Médio nos ateremos apenas às primeira e a terceira partes desse documento.

Segundo o documento *“afirma-se que a Educação Física trata da cultura relacionada aos aspectos corporais, que se expressa de diversas formas, dentre as quais os jogos, a ginástica, as danças e atividades rítmicas, as lutas e os esportes”* (SEE-SP, 2008, p.41). O termo cultura relacionado às expressões corporais é muito presente na proposta, sendo um dos autores da área que analisam tal perspectiva é Jocimar Daólio. Segundo ele:

O corpo é uma síntese da cultura, porque expressa elementos específicos da sociedade da qual faz parte. O homem, através do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais, num processo de incorporação (a palavra é significativa). Mais do que um aprendizado intelectual, o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões (1995, p.25).

Para o autor não é possível separar o homem da cultura. Nessa perspectiva a cultura é o principal conceito para a Educação Física, é o produto das relações humanas. De acordo com Durham “A cultura constitui o processo pelo qual os homens dão significados as suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana” (1997, p. 34). Assim, a cultura se torna palco para uma educação mais efetiva, significativa para os agentes envolvidos nesse processo.

A Proposta Curricular também trata da cultura específica que envolve essa disciplina curricular, segundo o documento:

Desde as últimas décadas do século passado, à ascensão da cultura corporal e esportiva (que denominaremos, de maneira mais ampla, “cultura de movimento”) como um dos fenômenos

mais importantes nos meios de comunicação de massa e na economia mundial (2008, p.41).

Essa *cultura corporal*, ou *cultura corporal do movimento* são os conteúdos que podem ser trabalhados em Educação Física, como: esporte, ginástica, lutas, danças entre outros, que são considerados por uma parcela significativa dos estudiosos dessa área disciplinar.

Existe hoje certo consenso na literatura especializada de que jogo, esporte, ginástica, luta e dança são os conteúdos da Educação Física na escola. Como estas são manifestações da cultura corporal de movimento atravessadas por diversos valores e sentidos (ligados à saúde, ao lazer, à espetacularização, à moralidade etc.), bem como presentes em diversas dimensões sociais (educacionais, econômicas, políticas etc.), o que a Educação Física como disciplina escolar faz é selecionar e tratar pedagogicamente algumas possibilidades daquelas manifestações, a partir de certas intencionalidades educacionais explícitas ou implícitas, que mudam conforme os contextos históricos.(BRACHT 2011, p.23).

Porém a relevância sobre a questão cultural, a valorização de diversas manifestações que mudam no decorrer da história, a introdução e valorização de “culturas juvenis” não é, por si só, suficiente para fazer com que o aluno queira participar das aulas de Educação Física.

Mas, por outro lado, os adolescentes e jovens revelam afinidades com certas manifestações da cultura de movimento (*hip-hop*, capoeira, artes marciais, *skate*, musculação etc.), dependendo de suas vinculações sócio-econômicas e culturais. Muitas vezes, o mesmo jovem que resiste a participar das aulas de Educação Física na escola, se movimenta espontaneamente no contexto da sua “galera” – o que leva à necessidade de compreender o fenômeno das *culturas juvenis*, pois tem havido uma dissociação entre a vida (a “cultura viva”) e a escola (MEC, 2008, p.41).

Baseando-se em Nunes (2007) é possível afirmar que a resistência às atividades físicas reside na própria prática desenvolvida pelas próprias escolas que, segundo o autor, privilegiam conteúdos praticados em outros países em detrimento da cultura local e ou brasileira:

Estar no mesmo turno das demais disciplinas – em uma escolarização longe de ser em tempo integral – é

fundamental para ser componente curricular e não mera atividade escolar. Da mesma forma é necessário buscar diversificar os conhecimentos da cultura corporal tendo em vista que possuímos uma infinidade de elementos da cultura a serem trabalhados pelos jovens e que na maioria das vezes são esquecidos pelas escolas em prol de um tradicionalismo europeu ou norte-americano nos esportes, visto os conteúdos tratados serem basicamente o voleibol, futebol, handebol e basquetebol, quando não apenas a entrega da bola para jogar, algo já denunciado por uma vasta literatura de nossa área (2007, p.49).

Dentro dessa realidade educacional apresentada, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo desenvolve um material que segundo ela, retoma o papel da Educação Física na escola, de forma a torná-la mais atrativa aos alunos, considerações que segundo Barni e Schneider (2003, p.02), reforçam o caráter secundário da Educação Física no currículo:

Nota-se que a Educação Física, e em especial a do Ensino Médio, é um componente que em grande parte das vezes, é marginalizado, discriminado, desconsiderado, chegando até por vezes a ser excluído dos projetos políticos pedagógicos de algumas escolas.

Dentro do ambiente escolar em especial no Ensino Médio o desafio que se impõe é a legitimação dessa disciplina e conquistar seu papel na formação dos alunos, e esse desafio não é apenas a garantia na lei, mas ser reconhecida como autêntica, pela comunidade escolar, inclusive pelos próprios professores da área, conforme ressalta Gomes:

Verifico, cotidianamente, que entre os futuros professores de Educação Física e os profissionais já formados há anos ainda há uma grande dificuldade em definir o corpo de conhecimentos da disciplina Educação Física, sua especificidade, seus objetivos, seu papel no espaço da escola e na inter-relação com as outras disciplinas (GOMES, 2011, p. 31).

Analisando o contexto histórico da Educação Física no Brasil, levando em consideração que a mesma aparece como componente curricular a partir de 1996, significa que em relação às outras disciplinas curriculares ela é nova, na composição do currículo, pois tem apenas dezesseis anos que foi formalizada por lei como disciplina curricular.

Com a Proposta Curricular do estado de São Paulo a disciplina de Educação Física além de se fazer presente no currículo do Ensino Médio está contemplada de modo a oferecer os conteúdos a serem trabalhados em cada ano, dividido por bimestres, fato muito comum às outras disciplinas, que já eram contempladas dessa forma, mas, para a Educação Física é um marco. Porém, a Educação Física no ensino noturno, ainda depende da realidade de cada unidade escolar, diferentemente das outras disciplinas que não têm alteração em relação ao período que está sendo oferecida aos seus alunos, mesmo essa facultatividade ter sido superada mediante a lei, na prática ela ainda não é oferecida aos alunos desse período.

Antes da promulgação da LDB 9394/96 a luta dos professores era pela conquista em se tornar um componente curricular obrigatório, etapa já superada. Contudo, essa conquista trouxe uma série de novos desafios, pois é obrigatória para parte dos alunos, devido suas facultatividades, conforme analisado adiante. É possível identificar a realidade que se encontra essa disciplina analisando o Parecer 5/97 do Conselho Nacional da Educação/ Câmara da Educação Básica:

Existe indagação referente ao dispositivo que torna facultativa a educação física nos cursos noturnos. Pergunta-se se a facultade assegurada na lei é para o aluno ou para a escola. Certamente, à escola caberá decidir se deseja oferecer educação física em cursos que funcionem no horário noturno (artigo 26 § 3º). E, ainda que o faça, ao aluno será facultado optar por não frequentar tais atividades, se esta for a sua vontade. Nunca será demais enfatizar que somente serão computados nas oitocentas horas de que fala a lei, os componentes a que o aluno esteja obrigado, nelas não se incluindo, por exemplo, a educação física nos cursos noturnos e o ensino religioso (BRASIL, 1997).

Do período de 1996 até 2003 a facultatividade atingia somente aos alunos do noturno, porém em estudo exploratório realizado na escola Estadual de Ensino Médio, localizada no município de Araçoiaba da Serra -SP, a disciplina não era oferecida aos alunos do noturno, nem mesmo em horário alternativo e suas dispensas eram feitas automaticamente. Como citado anteriormente, existe uma série de restrições determinadas pelos órgãos federais que acompanham essa disciplina, e que merecem ser respeitadas pelos respectivos órgãos, Distrito Federal, Estados e Municípios, pois após a

promulgação da Lei 10.793 de 2003, a da Educação Física deixa de existir somente para o curso noturno, e amplia seu leque para atingir também, os alunos que trabalham mais de seis horas por dia, indiferente ao período que estude; aos com mais de 30 anos, aos que estiverem prestando serviço militar e às mulheres que tenham filho (BRASIL, 2003).

Frente a esses desafios é complexo compreender como uma disciplina considerada por lei federal como Componente Curricular Obrigatório, seja oferecida com tantas restrições determinadas pelo poder público. Cabe indagar em que medida uma disciplina que tem sua especificidade no movimento irá causar algum dano às pessoas que trabalham, que fazem atividade física, que tenham mais de 30 anos ou que tenham filhos. Nos 50 minutos de hora/aula não é possível realizar uma atividade física tão intensa ao ponto das pessoas com as restrições acima mencionadas terem algum dano físico/corporal. Conforme esses autores: *“Com isto percebe-se a pouca informação que os legisladores possuem sobre o papel da Educação Física do ponto de vista formativo: psicomotor, cognitivo, emocional e bioenergético”* (BARNI, SCHENEIDER, 2003, p.06). Uma possível explicação sobre as restrições à prática física vincule-se ao fato dessa disciplina, ao longo de sua história, ter estado atrelada ao conceito de atividade física, com ênfase no rendimento, na *performance* e, associada às competições esportivas. Dessa forma, parece-nos que a redação da LDB não é suficiente para que a Educação Física seja concebida em plenitude como Componente Curricular obrigatório, nesse sentido aqueles que podem ser enquadrados nas facultatividades já citadas estarão recebendo uma formação incompleta, ou a Educação Física de modo geral não está contribuindo na formação dos alunos que fazem parte desse segmento de ensino.

Um ponto importante a ser analisado reside na constatação dessa disciplina ser oferecida no mesmo horário que as demais provavelmente o número de dispensas seria reduzido, parece-nos, que um dos motivos que afastam os alunos das aulas de Educação Física não são apenas as facultatividades de que o mesmo tem direito, mas a forma como essa disciplina tem se apresentado dentro dos currículos escolares. Destaque-se que os não atingidos pelas facultatividades e que tem em sua grade curricular a disciplina de Educação Física no mesmo período que estudam muitas vezes não

participam das aulas. Segundo os autores Ana Zonta, Mauro Betti e Luciano Liz (2000), os motivos que levam os alunos a pedirem dispensa das aulas são a falta de tempo, pois os mesmos participam de alguma atividade física fora da escola, também apontam a falta de interesse pelos conteúdos trabalhados em específico os esportes. Na pesquisa realizada pelos autores há indicativos que a diversificação das aulas, a abordagem metodológica adotada pelo professor e o oferecimento dessa disciplina no mesmo período que as demais poderiam favorecer a volta desses alunos para as aulas de Educação Física.

Apoiados em Bracht (2011) o próprio posicionamento das escolas em relação à disciplina e os professores que a ministram, invariavelmente estigmatizados pelo rótulo de ‘professor rola bola’, aspecto que denigre e fere à profissão:

Mas, como dissemos no início, também ganha volume uma situação na prática pedagógica da EF nas escolas que podemos caracterizar como de desinvestimento pedagógico. Esses professores tendem a ser caracterizados pejorativamente como professores “rola bola”. É preciso não cair no simplismo da mera denúncia ou culpabilização desses professores. O fenômeno é bem complexo e envolve uma série de fatores. A própria falta de reconhecimento da disciplina escolar EF e, conseqüentemente, do trabalho dos professores de EF é um dos fatores que levam os mesmos a desinvestir. Assim, é preciso um grande esforço no âmbito dos processos de formação inicial e continuada e das políticas públicas para a EF para que esses professores tenham elementos para ressignificar a prática pedagógica da EF e, com isso, alcançar o reconhecimento social que os leve, então, a novamente investir na sua prática pedagógica. (2011, p. 19-20).

Sendo assim podemos considerar que há um conjunto de fatores que envolvem a Educação Física no sentido de torná-la efetivamente um componente curricular da educação básica, pontos que vão desde a falta de identidade, até os motivos que causam desinteresses por parte dos alunos pela disciplina e até mesmo por parte dos professores.

Nesse sentido a Proposta Curricular do Estado de São Paulo define algumas finalidades da Educação Física na escola;

É no bojo dessa dinâmica cultural que a finalidade da Educação Física deve ser repensada, com a correspondente transformação em sua ação educativa. A transformação a que

nos referimos não pretende negar a tradição da área construída pelos professores, mas ampliar e qualificar suas possibilidades (2008, p. 41).

Dessa forma a proposta aponta a necessidade de se valorizar o conhecimento trazido pelos alunos, mas aponta que essa valorização deve ser o início do trabalho, e respeitar e valorizar não significa dar ao aluno autonomia em definir aquilo que será trabalhado durante a aula, Santana (2007) analisa que as disciplinas de língua portuguesa e matemática não precisam ser repensadas para serem aceitas pelos alunos. As afinidades e as preferências dos alunos não devem definir e nem determinar o conteúdo que será trabalhado em aula, pois dessa forma seria descartar a formação do professor, o planejamento, o plano de aula, os objetivos pedagógicos que foram ou deveriam ter sido elaborados pelo professor antecipadamente. Entende-se que o professor foi formado para oferecer aos alunos conhecimentos oriundos de sua área disciplinar, sendo suas contribuições indispensáveis para tornar a dinâmica de ensino e de aprendizagem mais atrativa. Compreende-se, porém, na presente pesquisa, que o articulador desse processo é o professor, onde cada sujeito tem seu papel determinado. Dentro desse processo a proposta vai apresentar os objetivos da Educação Física no decorrer do Ensino Médio

3.2 - A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO E OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ENSINO MÉDIO

Dentro da Proposta Curricular do Estado de São Paulo são apresentados os objetivos gerais da Educação Física para o Ensino Médio:

a compreensão do jogo, esporte, ginástica, luta e atividade rítmica como fenômenos socioculturais em sintonia com os temas do nosso tempo e das vidas dos alunos, ampliando os conhecimentos no âmbito da cultura de movimento; e o alargamento das possibilidades de Se Movimentar e dos significados/sentidos das experiências de Se Movimentar no jogo, esporte, ginástica, luta e atividade rítmica, rumo à construção de uma autonomia crítica e autocrítica.(2008, p.46).

Além dos objetivos gerais a Educação Física mediante a proposta divide os conteúdos que devem ser trabalhados nesse segmento em “cinco grandes

eixos” que são: “jogo, esporte, ginástica, luta, atividade rítmica” que devem fazer uma relação com os chamados “eixos temáticos”: corpo saúde e beleza, contemporaneidade, mídia, lazer e trabalho, de forma mais simplificada o que o documento sugere é que os elementos da cultura corporal sejam oferecidos aos alunos e os levem a fazer uma reflexão sobre os temas dos eixos temáticos. Por exemplo, quando estiverem trabalhando com o conteúdo ginástica, devem levar a uma reflexão sobre o que é ginástica, de que forma ela esteve presente na história, sempre foi vista como é hoje, a relação com o corpo é a mesma que se tinha há alguns séculos atrás, os estereótipos de beleza sempre foram os mesmos, os modelos que temos hoje apresentados pela mídia como padrão de beleza como mulheres magras e homens fortes, não foram sempre assim, segundo os autores Darido e Rodrigues:

Nesse sentido, já não basta o desenvolvimento da prática pela prática, sendo indispensável que os alunos reconheçam os motivos pelos quais estão praticando as manifestações corporais, para tanto os professores são convidados a trabalhar com conceitos ou conhecimentos sobre as diferentes práticas corporais (2011 p.49).

Na sequência o documento definiu como objetivos para o Ensino Médio os cinco grandes eixos acima mencionados, porém com a compreensão que estes são fenômenos socioculturais.

Após os estudos empreendidos pelo referido órgão público, a fim de organizá-los como sequência didática ao professor, bem como os conteúdos que devem ser trabalhados em cada ano e bimestre, referente à disciplina de Educação Física no Ensino Médio, o documento destaca:

Esperamos que a Educação Física possa assumir na escola um importante papel em relação à dimensão do se movimentar humano, relacionando-se ativamente com outros componentes curriculares e influenciando decisivamente na vida dos alunos. Fazendo isso, ela estará ampliando o papel por ela já exercido nos últimos anos, o de ser uma disciplina motivadora para os alunos. Estará sendo responsável também por um conhecimento imprescindível a eles. Os professores são parceiros fundamentais nesse empreendimento (2008, p.47).

Na proposta que deve orientar todo o trabalho dos professores de Educação Física da rede estadual de ensino do estado de São Paulo desde 2008, se faz presente a forte preocupação em fazer da Educação Física uma disciplina capaz de motivar os alunos na participação das aulas e que os conhecimentos adquiridos no decorrer de sua escolaridade adquiram sentido tanto na vida escolar, quanto na particular e que os conhecimentos originários dessa disciplina possam, de alguma forma, ajudar o educando no seu dia-a-dia. Essa educação que se almeja são essenciais, mas os mesmos promovendo uma educação voltada para a autonomia e para o pensamento crítico, pois segundo Scaglia (1999):

Os alunos se tornarão um tanto mais críticos diante das múltiplas situações de desafio. E o professor precisa estimular o educando, criar situações em que ele consiga desafiara si próprio, estabelecendo e vencendo limites. Assim a competição não estará mais associada à vitórias e derrotas, mas ligada a própria evolução (p. 63).

A proposta após evidenciar o papel fundamental que a cultura exerce sobre a vida dos alunos e a importância de utilizá-la como instrumento facilitador no processo de ensino e de aprendizagem a mesma aponta que a disciplina de Educação Física deva ser trabalhada da seguinte forma:

No ensino da Educação Física escolar, pode-se partir do variado repertório de conhecimentos que os alunos já possuem sobre diferentes manifestações corporais e de movimento, e buscar ampliá-los, aprofundá-los e qualificá-los criticamente. Desse modo, espera-se levar o aluno, ao longo de sua escolarização e após, a melhores oportunidades de participação e usufruto no jogo, esporte, ginástica, luta e atividades rítmicas, assim como a possibilidades concretas de intervenção e transformação desse patrimônio humano relacionado à dimensão corporal e ao movimentar-se – o qual tem sido denominado “cultura de movimento”(2008, p.42).

A forma como a Proposta Curricular do Estado São Paulo concebe a disciplina de Educação Física se assemelha com muitos pesquisadores dessa área disciplinar, no sentido da valorização da cultura (DAÓLIO, 1995), promover uma educação crítica e autônoma (SCAGLIA, 1999), respeitar os conhecimentos que os alunos já possuem (FREIRE,1997) entre outros.

O fato que gera discordância na área é a questão da produção de um material didático, mas a crítica não se fixa na questão da produção, mas em quem produz esse material e de que forma produz, porém já existem alguns autores que defendem essa iniciativa (DARIDO, 2011).

Na análise que fizemos da Proposta Curricular Estadual até o presente momento o documento não apresentou inovações no que se diz respeito ao conceito de Educação Física escolar, mas sim trouxe à tona a discussão já existente nessa área disciplinar que. O que chama a atenção para este documento - que difere de parte da bibliografia existente acerca para a disciplina de Educação Física - é que o documento traz um elemento a mais que é elencar os conteúdos que devem ser trabalhados em cada ano e bimestre. E a justificativa para essa iniciativa, segundo a proposta, está no fato de que se somos seres culturalmente diferentes, porém temos corpos biologicamente semelhantes, sendo a especificidade dessa disciplina o movimento, que utiliza do corpo como instrumento, torna-se possível uma “padronização” sem descartar as diferenciações culturais do meio, é justamente nesse aspecto, como citamos anteriormente, que não existe um consenso por parte dos estudiosos dessa área. De acordo com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo:

“Todavia, quando se considera a dinâmica cultural variada na construção das ações corporais, há que se considerar os processos de significação, ou seja, aquilo que dá sentido a determinadas ações corporais. Em outros termos, o que dá sentido ao movimentar-se humano é o contexto em que ele ocorre, bem como as intencionalidades dos sujeitos envolvidos na ação. Desvinculado desses aspectos, o movimento tende a ser analisado somente como expressão biológica, como ação mecânica, portanto, muito semelhante em qualquer lugar, em qualquer época e para qualquer sujeito. Assim, o que vai definir se determinada manifestação corporal é digna de trato pedagógico pela área de Educação Física é a própria consideração e análise desta expressão em uma dinâmica cultural específica (2008, p.42).

A proposta aponta sobre a importância de se valorizar os conhecimentos que os alunos já possuem “No ensino de Educação Física escolar, pode-se partir do variado repertório de conhecimentos que os alunos já possuem, sobre diferentes manifestações corporais e de movimento, e buscar ampliá-los e qualificá-los criticamente” (2008, p. 42). Mas a valorização no conhecimento

desse aluno não impede a disciplina de ter um programa determinado para cada ano e bimestre, como as demais disciplinas, levando em consideração essa valorização dos conhecimentos trazidos pelos alunos, por sua vivência e cultura, não é uma orientação somente aos professores de Educação Física. A educação em geral é chamada a valorizar esses conhecimentos, pois conforme Padilha “Com certeza nossos educandos chegam à escola com muitos saberes. No entanto, esses saberes são apenas *ponto de partida*” (2010, p.327).

Conhecer e valorizar a cultura a qual esse aluno e escola estão inseridos, não impede as outras disciplinas de terem uma organização uma sequência, imagine o professor de português tendo que definir a cada ano aquilo que ele vai trabalhar em cada ano dos segmentos de ensino ao qual ele leciona, e é isso que acontece com os professores de Educação Física, ou seja uma grade curricular estabelecida permite ao professor pensar a partir dela o que poderia enriquecer as suas aulas, tendo como base os conteúdos pré-determinados, e sendo a Educação Física uma disciplina escolar ela também deve, como todas as demais disciplinas, acrescentar algo na vida de seus alunos,

Dentro da proposta é relatado de uma forma geral o que se espera que o aluno aprenda nas aulas de Educação Física

O que deveria ser aprendido/apreendido por parte dos alunos da Educação Física são as manifestações, os significados/sentidos, os fundamentos e critérios da cultura de movimento de nossos dias – ou seja, sua apropriação crítica. Por cultura de movimento entende-se o conjunto de significados/sentidos, símbolos e códigos que se produzem e re-produzem dinamicamente nos jogos, esportes, danças e atividades rítmicas, lutas, ginásticas etc., os quais influenciam, delimitam, dinamizam e/ou constroem o Se Movimentar dos sujeitos, base de nosso diálogo expressivo com o mundo e com os outros (2008, p.43).

A proposta mais uma vez não nega a importância da cultura no processo de ensino e de aprendizagem, mas utiliza-se dela como um ponto importante para iniciar o trabalho com os conteúdos da Educação Física, e dentro desse contexto ela apresenta um programa de atividades que podem ser trabalhados em todo estado, sendo eles ajustáveis as características regionais e locais,

levando em consideração que se tratando de uma disciplina que tem sua especificidade no movimento, e que “biologicamente temos corpos semelhantes”, se torna possível uma “padronização” dessa disciplina, onde as demais disciplinas foram todas padronizadas para cada ano e bimestre, e que também não deixou de lado as diferenças culturais, mas essas diferenças que são o diferencial no processo de ensino e de aprendizagem, e não sendo o fim nele mesmo, pois segundo Rodrigues e Darido:

Entendemos o livro didático como um material intimamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem, ou seja, elaborado e produzido com a intenção de auxiliar as necessidades de planejamento, intervenção e avaliação do professor, bem como de contribuir para as aprendizagens dos alunos (2011, p.49).

É possível observar nos quadros a seguir a forma como a Proposta Curricular do Estado de São Paulo organizou esse material didático para a disciplina de Educação Física, e como dividiu os conteúdos a serem trabalhados nas três séries do Ensino Médio.

Quadro 3 – Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

1ª Série – 1º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Esporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de jogo e táticas em uma modalidade coletiva já conhecida dos alunos - A importância dos sistemas de jogo e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do esporte como espetáculo 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Padrões e estereótipos de beleza corporal - Indicadores que levam à construção de representações sobre corpo e beleza – Medidas e avaliação da composição corporal – Índice de massa corpórea (IMC)

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio, 2008.

Quadro – 4 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

1ª Série – 2º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Esporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modalidade individual: atletismo, ginástica artística ou ginástica rítmica – A importância das técnicas e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do espetáculo esportivo 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo e beleza em diferentes períodos históricos - Padrões de beleza e suas relações com contextos históricos e culturais - Interesses mercadológicos envolvidos no estabelecimento de padrões de beleza corporal - Produtos e práticas alimentares e de exercícios físicos associados à busca de padrões de beleza - Consumo e gasto calórico: alimentação, exercício físico e Obesidade

Quadro – 5 Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

1ª Série – 3º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Esporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de jogo e táticas em uma modalidade coletiva ainda não conhecida dos alunos – A importância dos sistemas de jogo e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do espetáculo esportivo 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos: atividade física, exercício físico e saúde – Relações diretas e indiretas entre saúde individual/coletiva e atividade física/exercício físico – Relações entre padrões de beleza corporal e saúde

Quadro – 6 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

1ª Série – 4º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Ginástica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Práticas contemporâneas: ginástica aeróbica, ginástica localizada e/ou outras – Princípios orientadores – Técnicas e exercícios 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esporte e ginástica: benefícios e riscos à saúde – Fatores favoráveis e desfavoráveis à promoção e manutenção da saúde

Quadro – 7 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

2ª Série – 1º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Ginástica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Práticas contemporâneas: ginástica aeróbica, ginástica localizada e/ou outras - Processo histórico: academias, modismos e tendências 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidades físicas: conceitos e avaliação <p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito <p>Mídias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Significados/sentidos predominantes no discurso das mídias sobre a ginástica e o exercício físico: emagrecimento, definição e aumento da massa muscular - O papel das mídias na definição de modelos hegemônicos de beleza corporal

Quadro – 8 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

2ª Série – 2º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Esporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modalidade individual ainda não conhecida dos alunos – A importância das técnicas e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do espetáculo esportivo 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeitos do treinamento físico: fisiológicos, morfológicos e psicossociais – Repercussões na conservação e promoção da saúde nas várias faixas etárias - Exercícios resistidos (musculação) e aumento da massa muscular: benefícios e riscos à saúde nas várias faixas etárias <p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito

Quadro – 9 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

2ª Série – 3º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Esporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modalidade “alternativa” ou popular em outros países: rugby, beisebol, badminton, frisbee ou outra – A importância das técnicas e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do espetáculo esportivo 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fatores de risco à saúde: sedentarismo, alimentação, dietas e suplementos alimentares, fumo, álcool, drogas, doping e anabolizantes, estresse e repouso - Doenças hipocinéticas e relação com a atividade física e o exercício físico: obesidade, hipertensão e outras

	<p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito <p>Mídias</p> <ul style="list-style-type: none"> - A transformação do esporte em espetáculo televisivo e suas conseqüências – O esporte como negócio – Diferentes experiências perceptivas: jogador, torcedor presencial e telespectador – Significados/sentidos predominantes no discurso das mídias sobre o esporte: vitória ou derrota, rendimento máximo e recompensa extrínseca e intrínseca – Dimensão ética
--	--

Quadro – 10 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

2ª Série – 4º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Ginástica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ginástica alternativa: alongamento, relaxamento ou outra – Princípios orientadores – Técnicas e exercícios 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atividade física/exercício físico e prática esportiva em níveis e condições adequadas – Meio ambiente (sociocultural e físico) – Lesões decorrentes do exercício físico e da prática esportiva em níveis e condições inadequados

	<p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito – Corpo, cultura de movimento e pessoas com deficiências – Principais limitações motoras e sensoriais nos jogos e esportes – Jogos e esportes adaptados
--	--

Quadro – 11 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

3ª Série – 1º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Luta, atividade rítmica, ginástica e esporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modalidade de luta já conhecida dos alunos: capoeira, karatê, judô, taekwondo, boxe ou outra – A importância das técnicas e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do espetáculo esportivo - O ritmo no esporte, na luta, na ginástica e na dança – Ritmo vital – O ritmo como organização expressiva do movimento – Tempo e acento rítmico 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios do treinamento físico: individualidade biológica, sobrecarga (frequência, intensidade e duração/volume) e reversibilidade <p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito

Quadro – 12 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

3ª Série – 2º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Atividade rítmica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manifestações rítmicas ligadas à cultura jovem: hip-hop, streetdance e/ou outras – Diferentes estilos como expressão sociocultural – Principais passos/movimentos – Coreografias 	<p>Corpo, saúde e beleza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saúde e trabalho – Ginástica laboral: benefícios e controvérsias – Fatores de adesão e permanência na atividade física/exercício físico e na prática esportiva <p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito – Esporte e cultura de movimento na contemporaneidade – Esportes radicais

Quadro – 13 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

3ª Série – 3º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Luta e atividade rítmica</p> <ul style="list-style-type: none"> -Princípios orientadores, regras e técnicas de uma luta ainda não conhecida dos alunos – A importância das técnicas e táticas no desempenho esportivo e na apreciação do espetáculo esportivo - Manifestações e representações da cultura rítmica nacional 	<p>Contemporaneidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo na contemporaneidade – Corpo, cultura de movimento, diferença e preconceito <p>Lazer e trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> - O lazer como direito do cidadão e dever do Estado – Possibilidades de lazer na cultura de movimento – O esporte como prática de lazer nas

ou de outros países – Danças folclóricas/regionais – Processo histórico	dimensões estética (presencial e televisiva), comunitária e de entretenimento – Fatores limitadores de acesso ao lazer – Lazer e ginástica nas empresas: benefícios e controvérsias
---	---

Quadro – 14 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-SP

3ª Série – 4º bimestre

CONTEÚDO	EIXO TEMÁTICO
<p>Esporte, ginástica, luta e atividade rítmica</p> <p>- Organização de eventos esportivos e/ou festivais (apresentações) de ginástica, luta e/ou dança</p>	<p>Contemporaneidade</p> <p>- Corpo na contemporaneidade</p> <p>– A virtualização do corpo</p> <p>– Jogos virtuais: jogo de botão e videogames</p> <p>Lazer e trabalho</p> <p>- Espaços, equipamentos e políticas públicas de lazer</p> <p>- O lazer na comunidade escolar e em seu entorno: espaços, tempos, interesses, necessidades e estratégias de intervenção</p>

Identifica-se por meio dos quadros a Proposta Curricular do Estado de São Paulo dividiu os conteúdos que devem ser trabalhados durante os quatro bimestres do ano letivo do segmento de ensino em questão. Emprega-se fartamente o termo “modalidade esportiva coletiva conhecida pelos alunos” ou “modalidade esportiva coletiva ainda não conhecida pelos alunos” essa mesma redação utilizou para outros elementos da cultura corporal como ginástica dança, etc. Nesse sentido podemos observar que a proposta não fere a

autonomia do professor e nem limita a participação dos alunos em alguns momentos na escolha de alguma modalidade esportiva, devido ao fato que a proposta não sugere em todos os momentos a modalidade que deve ser trabalhada, a concepção utilizada pela proposta se assemelha a abordagem cultural defendida por Jocimar Daólio (1995), já mencionada anteriormente, valoriza a questão cultural do aluno, que serve como ponto de partida para a realização do trabalho em Educação Física. A própria Proposta Curricular do estado em questão apresenta a disciplina de Educação Física em uma perspectiva cultural (SEE-SP 2008, p. 41). A proposta parte de modalidades já conhecidas dos alunos e depois para as desconhecidas. Entende-se, na presente pesquisa, no sentido de romper com a resistência que o aluno possa ter a participar de atividades sistematizadas, o esporte coletivo é bem aceito, segundo dados coletados na pesquisa exploratória, pelos alunos que fazem parte desse segmento. Mediante a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, nesse primeiro ano do Ensino Médio os conteúdos a serem trabalhados de forma geral são jogos e esportes, poderíamos atribuir essa escolha, devido ao fato da Educação Física ter tido uma ênfase no esporte, onde a proposta se atentou a esse detalhe, segundo Nunes:

A questão, a meu ver, é que ainda hoje, nas escolas, o conteúdo predominante, e às vezes o único, ainda é o esporte, por mais que tenha debatida nos últimos anos e a literatura apontando a necessidade de se trabalhar os conteúdos da Educação Física de maneira geral. Ainda estamos em muitos casos tratando de uma Educação Física que não existe na prática e que ainda está no plano das ideias (2007, p.53).

Porém, o esporte foi apenas o ponto de partida para a introdução dos diversos elementos da cultura corporal, pois a proposta procura romper com tal tendência existente na área de Educação Física. Nesse sentido, destacamos o conteúdo ginástica que, por exemplo, foi elencado pela proposta a ser trabalhada e para exemplificar utilizaremos o bimestre em seguida a série em questão (1^o/1^a), no 4^o/1^a tendo um foco para a práticas contemporâneas como: ginástica aeróbica e localizada, no 1^o/2^a dá continuidade a esse conteúdo mas tendo um foco no processo histórico dessa atividade, nesse sentido a proposta apresenta uma sequencia metodológica, uma continuidade de uma série para a

outra com considerável variação dos elementos da cultura corporal. O conteúdo “luta” vai aparecer no 1^a /3^a série, onde já é considerado pela área, como instrumento importante no desenvolvimento das habilidades dos alunos., tanto na questão motora quanto cognitiva, segundo Santos.

Os profissionais de Educação Física, que utilizam a arte marcial em escolas sejam elas públicas ou particulares, deparam-se com uma possível opção de socialização, educação, e integração do desenvolvimento do indivíduo, oferecendo aos seus alunos (as) uma possibilidade excelente desenvolvimento nos planos psicomotor, afetivo e cognitivo. (2008,p.03).

Outro ponto importante e bem elaborado pela proposta refere-se à dança ou atividade rítmica, também considerados como elementos da cultura corporal que segundo

Considera-se a dança uma expressão representativa de diversos aspectos da vida do homem. Pode ser considerada como linguagem social que permite a transmissão de sentimentos, emoções da afetividade vivida nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, hábitos, da saúde, da guerra etc. (SOARES et. al, 1992, p. 82).

Diante disso, observe o trato pedagógico que a proposta utilizou para trabalhar com esse conteúdo 1^o/3^a iniciou um trabalho com o ritmo no esporte, na luta e na ginástica e dança, e não estipula a forma de desenvolver esse trabalho, fica a critério de cada professor, na seqüência trata do ritmo vital, tempo e acento ritmo, chegando ao *hip-hop*, *streetdance* até chegar nas coreografias, nesse ponto entra o conhecimento do professor referente a esse conteúdo, lembrando que nesse momento já está no 2^o/3^a, ou seja período das tradicionais festas juninas, onde se o professor conseguiu desenvolver o trabalho proposto pela Proposta Curricular provavelmente o mesmo consiga debater as danças típicas ou construir com os alunos uma coreografia inovadora que possa misturar todos os ritmos desenvolvidos em uma única coreografia, aqui trago para nossa discussão apenas alguns detalhes dessa proposta no que se refere aos conteúdos, quanto aos eixos temáticos são temas que na maioria da vezes despertam interesses nos alunos e que vem no

sentido de enriquecer a prática, dando subsídios para discussões antes, durante e depois das aulas.

Destaco aqui que as informações contidas nesse texto se referem à Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Nesse sentido não adentraremos no livro do professor e livro do aluno, também produzido pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo, pois entendemos que somente esse material seria o suficiente a servir como apoio pedagógico para o desenvolvimento das aulas de Educação Física para o Ensino Médio.

Após a análise do material e a contribuição que oferece a essa área disciplinar, no que se diz respeito à organização dos conteúdos a serem desenvolvidos durante os três anos do Ensino Médio fomos instigados a investigar se as demais secretarias da educação possuem um material para a disciplina de Educação Física que apresente essa sistematização que encontramos na Proposta Curricular do Estado de São Paulo, para de fato verificarmos se é algo novo, ou é uma prática que se estende a todas as secretarias da educação dos estados brasileiros, pois na literatura dessa área disciplinar são restritas as obras que iniciaram uma tentativa de “padronização” desses conteúdos. Para a investigação dessas propostas considerou-se o Relatório de Análise de Propostas Curriculares, que serviu para a nossa pesquisa como instrumento de busca e identificação, onde o mesmo estudou de forma mais detalhada as Propostas Curriculares Estaduais. O material traz o resultado das análises, não compondo em sua estrutura as propostas estaduais na íntegra.

3.3 – O RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PROPOSTAS CURRICULARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

O Relatório de Análise de Propostas Curriculares de Ensino Fundamental e Médio realizado pelo Ministério da Educação (MEC), Secretaria da Educação Básica⁵, em junho de 2010, material cujo objetivo:

O objetivo dessa análise foi evidenciar as escolhas curriculares de estados e municípios do país. Em outras palavras, visou-se

⁵ Organizado por Maria Ferreira Sampaio, publicado pela Diretoria de Concepção e Orientações Curriculares para a Educação Básica.

identificar o que vem sendo conduzido no espaço de autonomia dos sistemas educativos no que se refere às orientações curriculares encaminhadas para as instituições de ensino. (2010, p.04).

Instrumento utilizado pelo MEC, para a avaliação das Propostas Curriculares desenvolvidas em âmbito nacional, contendo uma estrutura de análise que vai desde os documentos recebidos e analisados até o quadro de identificação desses documentos, onde relata as propostas analisadas estão dentro dos parâmetros determinados pelo MEC. Para a construção desse relatório foram recebidas pelo MEC um total de 60 Propostas Curriculares sendo 13 de Ensino Fundamental em nível municipal, 21 Ensino Fundamental em nível estadual e 26 Propostas estaduais de Ensino Médio.

A análise feita pelo Relatório classifica as proposta em três categorias, que são nomeadas pelo documento da seguinte forma: categoria A - aplicação das orientações oficiais sugeridas pelo MEC, categoria B - aplicação das orientações oficiais, mas contando com uma elaboração diferenciada, categoria D - distanciamento das orientações oficiais. Segundo o documento: *“na Categoria A, de aplicação das orientações oficiais, encontram-se 26 propostas; na Categoria E, de elaboração diferenciada, 23 propostas e na Categoria D, de distanciamento das orientações oficiais, o total é de 11 propostas”*. (p.416). Para chegar aos resultados dessas análises o Relatório analisa cada proposta e identifica as particularidades de cada documento chamando esse processo de: *“dados de identificação do documento”* que é composto pelo nome oficial da proposta de cada estado, (dado de maior valia para a nossa pesquisa, foi através desses nomes oficiais, fornecidos por esse relatório que tivemos acesso às proposta estaduais) autores da proposta, e alguns casos o autor de cada disciplina curricular, modo de elaboração e itens do sumário, nesse quadro de identificação traz uma ideia geral do que consta no documento elaborado por cada secretaria.

Como o nosso objeto de estudo refere-se à análise da disciplina de Educação Física no Ensino Médio, e conforme cita o documento que *“somente o estado de Rondônia não apresentou a proposta”*, iniciamos a nossa busca pelas propostas curriculares do Ensino Médio, com intuito de verificar a forma de sistematização adota por cada estado brasileiro no que tange a disciplinada de Educação Física no Ensino Médio.

3.4 – A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS PROPOSTAS CURRICULARES ESTADUAIS

A fim de identificar a forma pela qual as Secretarias de Estado da Educação têm contemplado a disciplina de Educação Física e suas Propostas Curriculares, considerou-se pertinente iniciar a análise direcionando o foco para quatro pontos compreendidos como centrais para a política e o ensino da área e que os mesmo foram trabalhados pela Proposta Curricular do Estado de São Paulo, material esse que serve como referencia para as análises. Partimos do princípio que seria importante verificar se todos os estados possuem uma proposta curricular que trabalhe em específico o Ensino Médio de forma geral, depois se esta proposta trabalha em específico a disciplina de Educação Física para esse segmento de ensino, analisamos se a proposta apresenta a forma como essa disciplina deve ser trabalhada nos três anos do ensino médio, se os seus conteúdos atribuídos por ela, são divididos por séries e bimestres, dados esses que respeitam a estrutura que uma Proposta Curricular precisa apresentar, e que foi determinado pelos PNCs, e por fim, analisar o tratamento pedagógico utilizado no tratamento para com os conteúdos. Classificamos essa análise em quatro itens da seguinte forma:

- 1- Se todos os estados possuem uma proposta curricular para o Ensino Médio
- 2- Se a proposta curricular do Ensino Médio Contempla a disciplina de Educação Física
- 3- Se existe uma divisão de conteúdos para cada série do Ensino Médio
- 4- Se os conteúdos que devem ser trabalhados durante o ano são divididos por bimestre.

O quadro a seguir representa a forma como essa disciplina curricular se apresenta nos 20 estados brasileiros e Distrito Federal no que se diz respeito ao Ensino Médio, incluso aqui o estado de São Paulo.

Quadro 15 – Resultado das Análises, segundo as Propostas Estaduais

Itens	Estados que os contemplam

possuem uma proposta curricular para o Ensino Médio	20
proposta curricular do Ensino Médio contempla a disciplina de Educação Física	16
divisão de conteúdos para cada série do Ensino Médio	8
conteúdos que devem ser trabalhados durante o ano são divididos por bimestre	3

Conforme as análises realizadas das 21 Propostas Curriculares, 20 contemplam o Ensino Médio, 16 possuem material específico para a disciplina de Educação Física, 8 propostas apresentam uma divisão de conteúdos que devem ser trabalhados durante os três anos do Ensino Médio, 3 propostas apresentam os conteúdos que devem ser trabalhados em cada ano e bimestre, sendo eles o estado do Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo apresentando um material que contempla a disciplina de Educação Física de uma forma mais completa no que se diz respeito aos objetivos que este documento se propõe a oferecer aos professores, levando em consideração o segmento e disciplina que estamos estudando, a Proposta Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, organizou um material que tem sido destacado por alguns autores da área como Mauro Betti (2011), sendo considerado um bom material, porém devido ao fato de não ter sido organizada conforme citamos anteriormente, onde os conteúdos não foram divididos por séries e bimestres, a mesma não estará presente na análise de nosso estudo, o estado do Paraná lançou um livro didático para essa área disciplina que tem sido elogiado por alguns autores da área como Suraya Darido (2011), mas ele não oferece essa estrutura a qual nosso estudo se propôs a fazer. Algumas propostas apresentaram sugestões de atividades e até mesmo a forma como essas atividades poderiam ser trabalhadas, mas não especificava em qual segmento, série ou bimestre que poderiam ser aplicadas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais que tratam a Educação Física do Ensino Fundamental II, apresenta três “blocos de conteúdos” que devem ser

trabalhados nesse segmento que são: Esportes, jogos, lutas e ginásticas Atividades rítmicas e expressivas e Conhecimentos sobre o corpo (1998, p.68). Contudo no Ensino Médio a proposta é associar os conteúdos como: ginástica, esporte, jogos, lutas e danças como os temas: gênero, práticas corporais em espaços públicos, entre outros, dessa forma segundo os PCN:

Essa articulação de temas e conteúdos, envolvidos pelo tratamento pedagógico, dará condições ao professor de fazer a Educação Física cumprir algumas de suas perspectivas em relação à formação de seus alunos, dentre elas a questão da autonomia sobre as práticas corporais, o acúmulo e a produção cultural a partir dos conhecimentos construídos e a capacidade de intervenção político social acerca das definições públicas na organização e gestão política do espaço, dos equipamentos e dos serviços públicos para as práticas corporais da comunidade (2006, p. 230).

Sendo o movimento a especificidade da Educação Física e dessa forma seus conteúdos precisam promover de alguma forma tal aspecto, ressalte-se que para essa disciplina não ter somente um caráter motor, torna-se necessário a partir dos conteúdos pré-estabelecidos trabalhar também a parte cognitiva desse aluno, ir além das atividades corporais. Nessa linha Darido analisa a forma que se deve trabalhar a Educação Física no ambiente escolar.

Atualmente entende-se a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz o aluno na cultura corporal, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. Trata-se de localizar em cada uma destas práticas corporais produzidas pela cultura os benefícios humanos e suas possibilidades na organização da disciplina no contexto escolar (DARIDO, 2001, p.20).

O quadro a seguir apresenta a forma como esses conteúdos foram divididos pelas duas respectivas Propostas Curriculares do Estado do Amazonas e Rio de Janeiro, devido ao fato de que nossa indagação partiu da análise da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, onde as mesmas apresentaram uma estrutura que respeitava os objetivos propostos pelo documento. Partimos do princípio que essas propostas já fizeram a seleção

estabelecida pelo documento, agora o que nos resta é saber como esses conteúdos foram divididos durante as séries que compõem o Ensino Médio.

3.5 - PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A proposta desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro foi desenvolvida no ano de 2010, denominada como: Proposta Curricular: um novo formato para a Educação Física, onde contempla a disciplina de Educação Física no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, segundo a mesma:

Entendemos que este novo formato que está sendo lançado para o ano letivo de 2010 vem ao encontro das expectativas de muitos professores, que há algum tempo percebiam a necessidade de se estabelecer uma base comum no currículo da rede estadual, que norteasse e aproximasse as atividades educacionais praticadas em cada escola da rede (SEE-RJ 2010, p. 05).

O documento relata que a Proposta Curricular foi desenvolvida a partir de uma pesquisa sobre os PCNs, e também consultas a outras Propostas Curriculares, sendo uma delas a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, a qual estamos utilizando como referência para a presente pesquisa. O quadro a seguir demonstra como a Proposta Curricular do Estado do Rio de Janeiro organizou os conteúdos de Educação Física que devem ser trabalhados nas séries do Ensino Médio.

Quadro – 16 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

1ª Série – 1ºbimestre

Foco do bimestre - Ginástica e jogos populares

Competências e Habilidades:

<ul style="list-style-type: none"> ● Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vivenciar diferentes modalidades de ginástica (aeróbica e localizada). ▪ Ler e refletir sobre práticas corporais de ginástica nas academias e sobre a exploração do corpo pela mídia. ▪ Compreender os conceitos de corpo, beleza e estéticas como construções socioculturais. |
|--|

- Desenvolver a capacidade de crítica frente à imposição social de padrões corporais e estéticos.
- Reconhecer e valorizar a diversidade de padrões corporais e estéticos.
- Participar de jogos populares regionais.
- Valorizar os jogos populares como formas legítimas de manifestação cultural.
- Ler e refletir sobre jogos populares e sua relação com a cultura de cada região.
- Demonstrar criatividade e autonomia na criação de jogos e de novas regras.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar-se em grupos, construir regras e discutir temas.

Fonte: RIO DE JANEIRO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular: um novo formato Educação Física, 2010.

Quadro – 17 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

1ª Série – 2º bimestre

Foco do bimestre – Modalidades esportivas individuais

Competências e Habilidades:

● **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender o histórico e as regras básicas das modalidades esportivas individuais.
- Participar de modalidades esportivas individuais (salto em distância e em altura, corrida de revezamento, corrida com obstáculos).
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo, capacidade de análise e crítica das situações.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.
- Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.
- Desenvolver o espírito esportivo, concebendo a competição como uma estratégia do esporte e não como uma atitude de rivalidade.

Quadro – 18 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

1ª Série – 3º bimestre

Foco do bimestre – Ginástica esportiva

Competências e Habilidades:

● **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender o histórico e as regras básicas da ginástica esportiva (artística e rítmica).
- Desenvolver movimentos no solo característicos das ginásticas esportivas: rolamentos, paradas, estrela, equilíbrio, giros, saltos, etc.
- Desenvolver movimentos corporais associados aos aparelhas manuais (bola, corda, arco e fita).
- Participar de coreografias relacionadas à ginástica esportiva.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar contornar, subir, descer e escorregar

Quadro – 19 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

1ª Série – 4º bimestre

Foco do bimestre – Lutas e atividades recreativas

Competências e Habilidades:

● **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender os aspectos históricos, sociais e culturais relacionados às lutas (capoeira).
- Aprender e executar gingas, fintas, golpes, cânticos, ritmo, movimento e noções básicas de ataque e defesa relacionadas à luta.
- Participar das lutas de forma recreativa e competitiva no contexto escolar.
- Participar de atividades recreativas em ambientes naturais (caminhada ecológica).
- Ler e refletir sobre a importância da consciência preservacionista da natureza.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.

Quadro – 20 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

2ª Série – 1º bimestre

Foco do bimestre – Modalidades esportivas

Competências e Habilidades:

- **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender o histórico e as regras básicas das modalidades esportivas coletivas (futsal, basquetebol).
- Adaptar e alterar espaços, materiais e regras na estrutura do jogo, de acordo com a realidade da escola e os interesses do grupo.
- Ler e refletir sobre textos que tratam da violência nos esportes (jogadores e torcedores).
- Vivenciar versões semi-cooperativas dos jogos.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.
- Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.
- Desenvolver o espírito esportivo, concebendo a competição como uma estratégia do esporte e não como uma atitude de rivalidade

Quadro – 21 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

2ª Série – 2º bimestre

Foco do bimestre – Lutas

Competências e Habilidades:

- **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender os aspectos históricos, sociais e culturais relacionados às lutas (judô).
- Aprender e executar quedas, rolamentos, noções básicas de ataque e defesa e jogo de pegada no kimono, relacionados à luta.
- Participar das lutas de forma recreativa e competitiva no contexto escolar.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço

e do próprio corpo.

- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar

Desenvolver atitudes respeitosas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

- Desenvolver o espírito esportivo, concebendo a competição como uma estratégia do esporte e não como uma atitude de rivalidade.

Quadro – 22 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ
2ª Série – 3º bimestre

Foco do bimestre – Noções de treinamento esportivo

Competencias e Habilidades

● **Habilidades: Motoras, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e refletir sobre os princípios do treinamento desportivo: individualidade biológica, adaptação, sobrecarga, continuidade, etc.
- Conhecer e compreender as qualidades físicas: resistência aeróbica, resistência anaeróbica, resistência muscular localizada, velocidade de reação, velocidade de deslocamento, força explosiva, etc.
- Compreender o funcionamento do corpo humano e sua relação com as atividades corporais.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar

Desenvolver atitudes respeitosas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

Quadro – 23 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ
2ª Série – 4º bimestre

Foco do bimestre – Dança

Competências e Habilidades:

- **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender os aspectos históricos, sociais e culturais relacionados às danças.
- Aprender e executar passos de diferentes tipos de dança (danças populares, danças de salão, funk, hip hop, etc).
- Participar e elaborar coreografias simples relacionadas à dança.
- Desenvolver a consciência corporal através da execução de movimentos rítmicos expressivos.
- Vivenciar danças folclóricas e regionais, reconhecendo-as como formas legítimas de manifestação cultural.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades perceptivas: ritmo, sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.
- Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

Quadro – 24 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

3ª Série – 1º bimestre

Foco do bimestre – Jogos populares e atividades recreativas

Competências e Habilidades;

● **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Participar de jogos populares regionais.
- Valorizar os jogos populares como formas legítimas de manifestação cultural.
- Conhecer os conceitos históricos dos jogos.
- Ler e refletir sobre jogos populares e sua relação com a cultura de cada região.
- Demonstrar criatividade e autonomia na criação de jogos e de novas regras.
- Diferenciar jogos de competição e jogos de lazer/ jogos eletrônicos e jogos populares.
- Participar de atividades recreativas em ambientes naturais (caminhada ecológica e corrida de orientação).
- Ler e refletir sobre a importância da consciência preservacionista da natureza.
- Desenvolver individual e coletivamente atitudes responsáveis no convívio em ambientes naturais.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades perceptivas: ritmo, sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.

- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.
- Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

Quadro – 25 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

3ª Série – 2º bimestre

Foco do bimestre – Modalidades esportivas

Competências e Habilidade:

● **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender o histórico e as regras básicas das modalidades esportivas coletivas (handebol, voleibol).
- Adaptar e alterar espaços, materiais e regra na estrutura do jogo, de acordo com a realidade da escola e os interesses do grupo.
- Ler e refletir sobre textos que tratam da violência nos esportes (jogadores e torcedores).
- Vivenciar versões semi-cooperativas dos jogos.
- Compreender e refletir sobre a utilização do esporte com sentido ideológico e comercial.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.

Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

- Desenvolver o espírito esportivo, concebendo a competição como uma estratégia do esporte e não como uma atitude de rivalidade

Quadro – 26 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

3ª Série – 3º bimestre

Foco do bimestre – Ginástica Laboral e primeiros socorros

Competências e Habilidades:

● **Habilidades: Motoras, Perceptivas, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Conhecer e compreender o histórico, os conceitos, os objetivos, os tipos e os benefícios da ginástica laboral.
- Vivenciar atividades de ginástica laboral.
- Conhecer, discutir e refletir sobre os problemas de saúde dos trabalhadores em geral, decorrentes da utilização incorreta do corpo.
- Adquirir noções básicas teórico-práticas de primeiros-socorros.
- Levantar e analisar os principais problemas de saúde ligados à região na qual a escola se encontra inserida.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades perceptivas: sensibilidade, noção de tempo, espaço e do próprio corpo.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos e discutir temas.
- Desenvolver habilidades intelectuais: diálogo e tomada de consciência da prática.
- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar.
- Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

Quadro – 27 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-RJ

3ª Série – 4º bimestre

Foco do bimestre – Noção de treinamento desportivo e campeonatos esportivos

Competências e Habilidades:

● **Habilidades: Motoras, Sociais, Intelectuais e de Deslocamento**

- Levantar, conhecer e compreender os diversos meios de preparação física (musculação, treinamento contínuo, treinamento intervalado, treinamento em circuito, treinamento de flexibilidade, etc).
- Identificar os aspectos importantes na preparação física: aquecimento, cansaço e recuperação física.
- Conhecer as etapas de um campeonato (eliminatória simples, eliminatória consolação, eliminatória dupla, rodízio simples, quadro de marcação de pontos).
- Participação da criação, organização e realização de um campeonato esportivo.
- Compreender e refletir sobre a utilização do esporte com sentido ideológico e comercial.
- Desenvolver habilidades motoras: força, resistência, agilidade, velocidade e flexibilidade.
- Desenvolver habilidades sociais: cooperar, organizar grupos, discutir temas, competir e construir regras.
- Desenvolver habilidades intelectuais: criatividade, diálogo e tomada de

consciência da prática.

- Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar

Desenvolver atitudes respeitadas, cooperativas e solidárias em relação ao outro e ao seu desempenho nas atividades físicas.

- Desenvolver o espírito esportivo, concebendo a competição como uma estratégia do esporte e não como uma atitude de rivalidade.

Analisando o material elaborado pela Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro, identificamos que os conteúdos selecionados para serem trabalhados nesse segmento fazem parte do bloco de conteúdos indicados pelos PCNs (esportes, jogos, lutas e danças), com apenas uma ressalva quanto aos primeiros socorros, porém o mesmo documento indica que esses conteúdos devem estar associados de alguma forma com os temas como por exemplo: gênero, consumo, práticas corporais, corpo na contemporaneidade, entre outros, conforme os PCNs:

Essa articulação de temas e conteúdos, envolvidos pelo tratamento pedagógico, dará condições ao professor de fazer a Educação Física cumprir algumas de suas perspectivas em relação à formação de seus alunos, dentre elas a questão da autonomia sobre as práticas corporais, o acúmulo e a produção cultural a partir dos conhecimentos construídos e a capacidade de intervenção político social acerca das definições públicas na organização e gestão política do espaço, dos equipamentos e dos serviços públicos para as práticas corporais da comunidade (2006, p. 230).

Em relação à articulação proposta por esse documento a Proposta Curricular do Estado do Rio de Janeiro conseguiu fazer uma relação com os conteúdos por ela apresentados. Quanto à sequência dos conteúdos não ficou clara a sua escolha, levando em consideração que dos 12 apresentados pela proposta 05 deles aparecem repetidamente, sem ter uma sequência pedagógica. Existe uma ênfase nessa proposta quanto ao trabalho recreativo, e também quanto a “Desenvolver habilidades de deslocamento: andar, correr, saltar, desviar, rolar, girar, abaixar, levantar, contornar, subir, descer e escorregar”, esse item aparece onze vezes nos blocos de competências e habilidade. Esse tipo de habilidade citado pela proposta deve ser trabalhado

com as crianças de 05 a 06 anos em média, são considerados pela literatura da área como os movimentos combinados, segundo Gallardo:

A criança está na fase de transição entre o estágio elementar e o estágio maduro de execução dos movimentos fundamentais. Este período é denominado de idade de ouro das crianças, já que quando estimuladas e ensinadas elas conseguem fazer a maioria das habilidades que um adulto realiza (2003, p.55).

É nessa fase que os professores de Educação Física devem promover atividades para que seus alunos desenvolvam essas habilidades, que mais tarde serão essenciais para a prática dos jogos, esportes, danças e tantos outros elementos da cultura corporal. Nessa proposta das poucas vezes que apareceram os esportes coletivos eles possuíam uma roupagem de jogos cooperativos, nesse sentido a concepção dessa proposta se assemelha muito com a abordagem desenvolvida por João Batista Freire (1997), conhecida como construtivista-interacionista, na qual apresenta certa valorização do resgate da cultura popular, que trabalha especificamente com os jogos e brincadeiras, que também é específico das crianças, não que não possa ser trabalhado nesse segmento, mas segundo o coletivo de autores:

O jogo satisfaz necessidades das crianças, especialmente a necessidade de “ação”. Para entender o avanço da criança no seu desenvolvimento, o professor deve conhecer quais as motivações, tendências e incentivos que a colocam em ação. Não sendo o jogo aspecto dominante da infância, ele deve ser entendido como “fator de desenvolvimento” por estimular a criança no exercício do pensamento, que pode desvincular-se das situações reais e levá-la a agir independentemente do que ela vê(1992,p.62).

Dessa forma, trabalhar com esse conteúdo nesse segmento com essa proposta infantilizada é desconsiderar a fase cognitiva e biológica que esse aluno está. Nesse sentido quando debruçamos nessa proposta a grande dúvida se ela realmente foi desenvolvida para os alunos do Ensino Médio.

3.6 – PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO AMAZONAS

A Proposta Curricular desenvolvida pela Secretaria do Estado do Amazonas foi lançada no ano de 2012, como o objetivo de orientar todas as praticas pedagógicas do estado em questão, nomeadas como: Proposta Curricular de Educação Física para o Ensino Médio, Linguagem, Códigos e suas Tecnologias. O Governador do Estado do Amazonas Osmar Azis comenta sobre a elaboração desse material:

Fruto desse comprometimento que tenho com a Educação, é com satisfação que apresento aos professores e à sociedade em geral esta Proposta do Ensino Médio – nascida do debate dos educadores e técnicos que fazem parte da rede pública estadual de ensino. Esta reestruturação, coordenada pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino, objetiva a renovação e a atualização do processo de aprendizagem, considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (SEE-AM 2012, p.07).

O documento também relata que contempla as “inovações” oriundas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), exigidas pelo MEC, sendo uma educação articulada e conduzida por um sistema de ensino focado nas competências e habilidades.

A Proposta Curricular é organizada da seguinte forma: contendo um objetivo geral que deve ser desenvolvido durante todo o Ensino Médio, na sequência apresenta objetivos específicos para cada série do segmento em questão, e por fim apresentando um quadro com o eixo temático, competências, habilidades, conteúdos e procedimentos metodológicos que devem ser desenvolvidos em cada bimestre. O quadro a seguir demonstra como essa Proposta Curricular foi desenvolvida, no que diz respeito à organização de seus conteúdos.

Quadro – 28 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM

1ª Série – 1º bimestre

<p>Eixo Temático: O homem no ambiente: Saúde, Esporte e Educação</p> <p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreender as dimensões antropométricas, por meio de uma postura ativa na prática das atividades promovidas pela disciplina; - conscientizar- se da importância do estudo da antropometria no cotidiano, considerando-as atividades físicas como um dos principais meios de prevenção e de promoção de saúde; - conhecer os malefícios causados pela não prática de hábitos saudáveis de

higiene física e mental;

- relacionar a prática da Educação Física, respeitando o meio ambiente na promoção do lazer e do trabalho;
- reconhecer a importância das manifestações socioculturais e afetivas dos diferentes grupos;
- Compreender a importância do xadrez na construção do raciocínio lógico, da disciplina e da formação do indivíduo.

Habilidade:

- identificar os conceitos teóricos e práticos da biometria e da antropometria, no sentido de interpretá-las e de compreendê-las, para a melhoria da qualidade de vida;
- promover ações permanentes de higiene, para melhoria da qualidade de vida;
- reconhecer a importância da preservação da natureza, por meio da educação ambiental;
- valorizar e respeitar as diferenças étnicas e as religiosas existentes na sociedade contemporânea.

Conteúdos: o corpo humano

- dimensões antropométricas (aferição da massa corpórea, estatura, classificação e perímetros);
- medidas e avaliação (IMC);
- higiene corporal e qualidade de vida;
- atividade física e meio ambiente; praças, parques, praias, entornos e rios;
- cuidado com o corpo: DST, AIDS, gravidez precoce, etc;
- o jogo de xadrez: e a sua importância e peculiaridade;
- atletismo e iniciação.

Fonte: AMAZONAS (Estado). Proposta Curricular de Educação Física para o Ensino Médio, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2012.

Quadro – 29 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
1ª Série – 2º bimestre

Eixo Temático: O homem no ambiente: Saúde, Esporte e Educação

Competências:

- relacionar o estudo da dança e o do teatro com a expressão e com a consciência corporal;
- valorizar os elementos da natureza, para preservação do ambiente;
- compreender os malefícios do uso de drogas para a saúde;
- compreender a importância da prática desportiva na formação do homem;
- compreender as atitudes esportistas como importantes nas relações sociais.

Habilidade:

- identificar a relação existente entre dança e teatro, com a expressão e com a consciência corporal;
- conhecer os efeitos das drogas no organismo;
- dominar os fundamentos técnicos e táticos do futsal, aplicando seus conhecimentos por meio do esporte, no cotidiano;
- executar, com desenvoltura, os fundamentos técnicos e táticos do futebol, ampliando seus conceitos e suas qualidades específicas.

Conteúdos: Escola e comunidade

- temas interdisciplinares;
- dança na escola

- teatro na escola
- estudo histórico evolutivo do futsal
- estudo histórico evolutivo do futebol

Quadro – 30 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
1ª Série – 3º bimestre

Eixo Temático: O homem no ambiente: Saúde, Esporte e Educação
Competências:
<ul style="list-style-type: none"> - compreender a prática desportiva como fonte de desenvolvimento intelectual e de crescimento físico; - organizar os elementos técnicos desenvolvidos na prática desportiva educacional; - compreender os efeitos e os benefícios da prática desportiva na melhoria das qualidades físicas e cognitivas.
Habilidade:
<ul style="list-style-type: none"> - valorizar conceitos e capacidades físicas adquiridas no dia-a-dia do homem moderno; - reconhecer os valores morais, éticos e sociais, adquiridos por meio da prática desportiva; - demonstrar teóricos e práticos da prática desportiva.
Conteúdos: Desporto – uma opção de vida
<ul style="list-style-type: none"> - estudo histórico evolutivo do voleibol - estudo histórico evolutivo do handebol - estudo histórico evolutivo do basquetebol

Quadro – 31 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM

1ª Série – 4º bimestre

Eixo Temático: O homem no ambiente: Saúde, Esporte e Educação
Competências:
<ul style="list-style-type: none"> - compreender, por meio da prática desportiva, a vida como sistema complexo, de soluções e de tomadas de decisões; - desenvolver raciocínio lógico e abstrato, concentração, pensamento antecipatório, memória, planejamento, hábitos de estudo, criatividade, empatia, elevada autoestima, que concorrem para o desenvolvimento da inteligência global; - compreender o jogo como forma de harmonizar a relação entre corpo e mente para uma vida equilibrada e saudável.
Habilidade:
<ul style="list-style-type: none"> - reconhecer a prática desportiva como necessária para a vida cotidiana; - aplicar, com destreza, os movimentos de técnica da queimada; - conhecer as organizações das diferentes provas do atletismo, priorizando a contextualização dos acontecimentos históricos e sua relação com os eventos e com as tecnologias contemporâneas; - reconhecer os jogos como propiciadores de atividades mentais necessárias para o desenvolvimento da inteligência.
Conteúdos: Educação Física – A harmonia entre corpo e mente
<ul style="list-style-type: none"> - estudo histórico evolutivo da queimada;- - o voleibol de praia - handebol de areia

- aspectos históricos, pedagógicos e técnicos do atletismo
- a história e a lenda do xadrez

Quadro – 32 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
2ª Série – 1º bimestre

Eixo Temático: Educação Física – Corpo, movimento e inclusão
<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reconhecer o uso dos recursos tecnológicos na prática da Educação Física, como meio de facilitar o resultado de seus objetivos; - compreender a importância da saúde corpórea e do uso de produtos que promovam a assepsia do organismo; - compreender a importância da prática da atividade física, no meio ambiente, na promoção do lazer e na saúde.
<p>Habilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conhecer a relação orgânica e funcional do corpo e seus aspectos cognitivos; - conhecer as ações permanentes de higiene que promovam a melhoria da qualidade de vida; - conhecer os diversos discursos apresentados pela mídia, considerando a importância do esporte, da saúde e do lazer; - estimular a preservação da natureza, por meio dos propósitos da educação ambiental; - identificar os recursos tecnológicos, considerando a qualidade do serviço apresentados pela prática desportiva, para obtenção de resultados.
<p>Conteúdos: Corpo, saúde e tecnologias</p> <ul style="list-style-type: none"> - análise corporal e de saúde do organismo humano - recursos tecnológicos para aferição e composição do corpo - estruturas anatômicas: músculos e articulações - perímetros, diâmetros e dobras cutâneas - higiene corporal, estilo e qualidade de vida - formas de mídias que possibilitam o pensamento crítico-constructivo

Quadro – 33 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
2ª Série – 2º bimestre

Eixo Temático: Educação Física – Corpo, movimento e inclusão
<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreender a importância das manifestações socioculturais e afetivas dos diferentes grupos; - valorizar aspecto das pessoas humanas, respondendo com atitudes esportistas e respeitando o aprendizado conquistado por meio do esporte.
<p>Habilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reconhecer as diferenças étnicas e religiosas existentes na sociedade contemporânea; - conhecer, por meio do esporte, os valores morais essenciais para a convivência social; - reconhecer o esporte como fundamental para a identificação de outras culturas e para a aproximação entre os povos.
<p>Conteúdos: Atividades desportivas, artísticas e culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> - danças folclóricas - coreografias regionais - estudo histórico evolutivo do futebol no Brasil e no mundo

- jogos populares

Quadro – 34 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
2ª Série – 3º bimestre

Eixo Temático: Educação Física – Corpo, movimento e inclusão
Competências: <ul style="list-style-type: none"> - compreender a importância da prática desportiva na formação do homem íntegro - compreender a prática do futsal, voleibol, handebol e basquetebol, como desenvolvimento intelectual e de crescimento físico; - compreender os valores culturais, as regras e as normas que auxiliem na construção e no resgate de valores morais.
Habilidade: <ul style="list-style-type: none"> - dominar os fundamentos técnico-táticos do futsal, aplicando seus conhecimentos, por meio do esporte, no cotidiano; - identificar conceitos e capacidade física utilizadas no dia-a-dia do homem moderno; - reconhecer a importância dos conteúdos teóricos e práticos do futsal, do voleibol, do handebol, e do basquetebol, para a prática dos mesmos
Conteúdos: Estudo histórico e aprofundamento das modalidades <ul style="list-style-type: none"> - futsal – um desporto em expansão - voleibol – um esporte de tradição - handebol – um desporto escolar - basquetebol – um desporto que conquistou o Brasil

Quadro – 35 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
2ª Série – 4º bimestre

Eixo Temático: Educação Física – Corpo, movimento e inclusão
Competências: <ul style="list-style-type: none"> - desenvolver melhorias nas condições orgânicas e funcionais, por meio da prática dos exercícios físicos - compreender os movimentos produzidos pelo corpo, por meio da prática gestual; - compreender a vida como sistema complexo de soluções de tomadas de decisão; - aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer, por meio da apropriação dos elementos básicos do xadrez.
Habilidade: <ul style="list-style-type: none"> - aplicar com destreza os movimentos de técnica da queimada, assim como as estratégias táticas, transformando-as em benefícios pessoais e do grupo; - conhece as organizações das diferentes provas do atletismo, priorizando a contextualização dos acontecimentos históricos e a sua relação com os eventos e com as tecnologias contemporâneas; - desenvolver raciocínio lógico e abstrato, concentração, pensamento antecipatório, memória, planejamento, hábitos de estudo, criatividade, empatia, elevada autoestima, que em última análise concorrem para o desenvolvimento da inteligência global.
Conteúdos: Estudo histórico – algumas modalidades <ul style="list-style-type: none"> - queimada – uma abordagem prática - atletismo – um desporto de sucesso

- a historia e a lenda do xadrez

Quadro – 36 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
3ª Série – 1º bimestre

Eixo Temático: Ciências do esporte – saúde, educação e tecnologia
<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - usar recursos tecnológicos específicos na pratica da Educação Física, como ferramenta facilitadora de seus objetivos; - desenvolver hábitos que apresentam cuidados especiais relacionados à saúde corporal; - interpretar e assimilar a relação existente entre a Educação Física e o produto construído pelos veículos de comunicação; - compreender e usa a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.
<p>Habilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - entender aspectos funcionais e cognitivos do organismo humano; - compreender os benefícios e os malefícios resultantes da higiene corporal; - analisar as informações oriundas da mídia com senso construtivo; - reconhecer os recursos tecnológicos como instrumentos indispensáveis para o conhecimento, o monitoramento e o acompanhamento da saúde corporal - relacionar as tecnologias de comunicação e informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem
<p>Conteúdos: Análise antropométrica e simétrica do corpo humano</p> <ul style="list-style-type: none"> - estruturas anatômicas - higiene corporal e pessoal, estilo e qualidade de vida - mídias – digitais e escritas - cultura corporal e inclusão – conteúdos da Educação Física

Quadro – 37 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
3ª Série – 2º bimestre

Eixo Temático: Ciências do esporte – saúde, educação e tecnologia
<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreender a pratica da atividade física, no ambiente, para promoção da preservação ambiental, do lazer e do esporte; - compreender a importância das manifestações socioculturais dos diferentes grupos étnicos, - compreender a importância do trabalho, por meio de projetos interdisciplinares
<p>Habilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estimular a preservação da natureza, por meio dos propósitos da educação ambiental - facilitar a vivencia das diferentes étnicas e religiosas existentes na sociedade globalizada; - reconhecer a importância da interdisciplinaridade na formação do educando.
<p>Conteúdos: Educação ambiental e atividade física</p> <ul style="list-style-type: none"> - preservação da natureza – esportes naturais - festivais de danças regionais e expressões artísticas - projetos interdisciplinares (lixo e reciclagem, água e o planeta)

Quadro – 38 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM

3ª Série – 3º bimestre

Eixo Temático: Ciências do esporte – saúde, educação e tecnologia
<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreender e reconhecer a importância da prática desportiva na formação do homem ético; - valorizar e responder com atitudes esportistas, obediência e respeito ao aprendizado conquistado, por meio do esporte; - analisar os benefícios de coletividade e de inclusão proporcionados pela prática do voleibol; - organizar os elementos técnicos desenvolvidos na prática do jogo do handebol educacional; - avaliar os efeitos e os benefícios da praticidade desportiva, na melhoria das qualidades físicas e cognitivas; - desenvolver melhorias nas condições orgânicas e funcionais por meio da prática dos exercícios físicos.
<p>Habilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dominar os fundamentos técnicos e táticos do futsal, aplicando seus conhecimentos obtidos, por meio do esporte no cotidiano; - realizar com desenvoltura os fundamentos técnicos táticos do futebol, ampliando seus conceitos e suas qualidades específicas; - realizar, com eficiência técnica, os fundamentos adquiridos por meio da prática e das discussões; - reconhecer os valores morais, éticos e sociais, adquiridos por meio de práticas do esporte; - demonstrar compreensão dos estudos teóricos e práticos dos esportes desenvolvidos; - aplicar com destreza os movimentos de técnica da queimada, transformando-as em benefícios pessoais e de grupo.
<p>Conteúdos: Desportos – a prática</p> <ul style="list-style-type: none"> - futsal - futebol - voleibol - handebol - basquetebol - queimada

Quadro – 39 - Conteúdos de Educação Física, segundo SEE-AM
3ª Série – 4º bimestre

Eixo Temático: Ciências do esporte – saúde, educação e tecnologia
<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - interpretar os valores culturais, de regras e normas auxiliando o educando na construção e no resgate de seus valores morais; - compreender e reproduzir os movimentos do corpo, por meio da prática gestual; - compreender a vida como sistema complexo de solução e tomada de decisões; - aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, por meio da apropriação dos elementos básicos do xadrez
<p>Habilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conhecer as organizações das diferentes provas do atletismo, priorizando a

contextualização dos acontecimentos históricos e a sua relação com os eventos e tecnologias contemporâneas

- desenvolver raciocínio lógico e abstrato, concentração pensamento antecipatório, memória, planejamento, hábitos de estudo, criatividade, empatia elevada autoestima; que em última análise concorram para o desenvolvimento da inteligência global;

- reconhecer a prática esportiva como veículo de valorização e de reconhecimento de povos

Conteúdos: Aspectos históricos, pedagógicos e técnicos

- atletismo

- a construção coletiva de conhecimento e desmistificação do xadrez egocêntrico.

Analisando a Proposta Curricular do estado do Amazonas, identificamos um material que buscou trabalhar seguindo as orientações contidas nos PCNs, de que os conteúdos dessa área disciplinar devem estar relacionados aos eixos temáticos que já estudamos anteriormente, e nessa proposta os eixos temáticos se fazem presente de uma forma bem intensa. Quando a proposta elencou os conteúdos que devem desenvolvidos pela Educação Física no Ensino Médio em alguns momentos é possível depararmos com uma falta de especificidade, fenômeno que pode ser evidenciado em relato de uma autora da área quando apresentava um trabalho em um seminário, onde a mesma perguntou aos participantes, em específico aos alunos do curso de Educação Física e professores já formados:

O que a Educação Física ensina que só a Educação Física ensina? A princípio houve um silêncio que aparentava dificuldade com a própria pergunta, mas obtive as seguintes respostas: “socialização, cidadania, valores...”. Reformulei o caminho da descoberta orientada e indaguei: “Socialização, cidadania, valores” constituem o corpo de conhecimentos da Educação Física ou deveriam fazer parte de um projeto da escola? E voltei à especificidade: O que a História ensina, que só a História ensina? Qual é o conhecimento da História? Prontamente, obtive a resposta: “os fatos passados”. E a Biologia? O que a Biologia ensina, que só a Biologia ensina? Resposta: “os seres vivos, a biodiversidade, etc.” E a Física? Resposta: “os fenômenos naturais”. Voltei à pergunta inicial: O que a educação Física ensina, que só a Educação Física ensina? Até que as respostas foram se convertendo aos temas da cultura corporal de movimento: “esportes, jogos, danças, ginásticas, lutas e temas relacionados ao corpo em movimento” (GOMES, 2011, p.30).

Nesse sentido os itens selecionados pela proposta que estão no bloco de conteúdos de uma forma geral não são específicos da área de Educação Física, alguns deles podem ser trabalhados em qualquer área disciplinar. Os conteúdos específicos da área de Educação Física, também apresentaram certa repetição sendo os mesmos apresentados nas três séries do Ensino Médio como, por exemplo: xadrez, atletismo, futebol, futsal, basquetebol, queimada, e por outro lado se fez ausente nessa proposta os elementos da cultura corporal como: ginástica, lutas e suas variações, em contra partida se fez fortemente presente nesse documento dimensões antropométricas à avaliação biométrica, dobras cutâneas, são elementos presentes na avaliação física muito comum nas academias de ginástica. Indagamos se as escolas estaduais do Amazonas receberam do governo do estado os equipamentos para realizarem essas aferições que são minuciosas e as pessoas para serem avaliadas precisam estar com vestimenta adequada, o qual questiona-se aqui se tal componente deve integrar os objetivos educacionais, em específicos da Educação Física .

No quadro que trata especificamente das competências se fez presente certa valorização da prática desportiva, e aqui chamamos a atenção para esta concepção, como já vimos nesse estudo: a década de 1990 foi o palco de grandes mudanças na área educacional, e na Educação Física, pois foi uma década marcada por grandes obras que propunham uma abordagem metodológica com o intuito de romper com essa caráter de rendimento e performance que ditava os objetivos dessa disciplina, modelo denominado como esportivista. No entanto, a Proposta ora analisada é mais recente em relação às demais estudadas, porém é a única que ainda apresenta forte ênfase na questão do rendimento e performance, apresentado nos quadros anteriores. Na sequência temos os quadros que trataram das habilidades, foi identificado à presença repetitivamente dos termos: dominar, eficiência, desenvoltura, destreza, apresentando certa valorização na qualidade do movimento, característica de uma Educação Física pautada no rendimento, valorização da aptidão física, pois se entende que a excelência do movimento se dá no treino, fortalecendo ainda mais uma concepção esportivista que trabalha de forma específica as modalidades esportivas principais como: futebol/futsal, vôlei, basquete e handebol, e essa concepção nega uma

Educação Física plural que tenta oferecer aos seus alunos o maior número de elementos da cultura corporal, no sentido que o mesmo possa vivenciar tais práticas, pois segundo Daólio

Nesse sentido, temos proposto uma Educação Física plural, cuja condição mínima e primeira é que as aulas atinjam todos os alunos, sem discriminação dos menos hábeis, das meninas, dos gordinhos, dos baixinhos, dos mais lentos. Essa Educação Física plural parte do pressuposto de que os alunos são diferentes, recusando o binômio igualdade/desigualdade para compará-los (2003, p.112).

No ambiente educacional espera-se que todas as atividades desenvolvidas pelo professor tenha uma caráter educacional, e para isso é necessário que todos tenham direito a participarem das aulas, sem a preocupação do desempenho, excelência do movimento.

Após as análises dessas propostas percebe-se que a divisão dos conteúdos que devem ser trabalhados em cada bimestre das séries do Ensino Médio essa sistematização é importante na organização dessa disciplina curricular, mas ela por si só não garante a qualidade do trabalho, é preciso atentar a forma como esses conteúdos foram organizados, um material curricular será um material de grande valia, até mesmo forçando o professor a selecionar aquilo que pode ser utilizado ou não, melhorado ou excluído, mas é importante destacar que o professor é peça fundamental, pois é ele que dará operacionalidade para o mesmo, que deve sempre ir além, entende-se que o material didático representa somente o ponto de partida do trabalho docente. Nesse sentido o quadro a seguir apresenta a concepção metodológica adotada por cada proposta e a seleção dos conteúdos adota pela mesma, mediante a série do seguimento proposto.

Proposta Curricular - segundo os estados

Elementos da cultura corporal trabalhados pelas Propostas Curriculares

Proposta Curricular	Conteúdos 1 ^a série	Conteúdos 2 ^a série	Conteúdos 3 ^a série
SP – concepção cultural	Esporte coletivo, esporte individual	Ginástica e esporte	Luta, atividade rítmica,

	e ginástica		ginástica e esporte
RJ- concepção construtivista-interacionalista	Ginástica e jogos populares, esporte individual, lutas e atividades recreativas	Esportes, lutas e dança	Jogos populares, atividades recreativas, esportes
AM - Esportivista	Jogo, esporte individual e coletivo, dança e teatro	Dança, jogo e esporte individual	Esporte, jogo

Ao unir as três Propostas Curriculares percebe-se que quanto à seleção dos elementos da Cultura Corporal, a ser trabalhada em cada série do segmento de Ensino em questão, não há grandes variações, porém a forma como esses conteúdos são desenvolvidos qual abordagem metodológica adotada pela Proposta e até mesmo pelo professor que irá diferenciar o tipo de aula que será proporcionada ao aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a política educacional no que diz respeito à compreensão referente à disciplina Educação Física no Ensino Médio no Brasil e mais particularmente o material didático produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no ano de 2008. A hipótese inicial baseava-se na constatação apreendida durante a realização da pesquisa exploratória, de que havia efetiva desvalorização por parte das políticas educacionais estaduais para sua concretização nas escolas.

O primeiro capítulo abordou a organização da educação brasileira, especificamente a do Ensino Médio com base nos dispostos legais da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, destacando as particularidades e os objetivos desse segmento de ensino, buscando revelar em que medida a concepção de educação presente nos marcos legais identifica uma educação pautada em conhecimentos mínimos e intensa preocupação em formar o aluno para o mercado de trabalho e afastando-se de uma educação de caráter mais integral. Identificaram-se traços de uma educação pragmática, oriunda de mudanças educacionais ocorridas a partir da Conferência de Educação para todos (Tailândia,1990), cujas orientações pautam-se fundamentalmente nas competências e habilidades, no saber-fazer e no saber-ser.

O segundo capítulo fez um resgate histórico da Educação Física no Brasil, destacando sua introdução no ambiente escolar e a forma como as concepções pedagógicas estiveram atreladas aos interesses do poder econômico e político do país. A forma como a área disciplinar é abordada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996, denotam o retrocesso legitimado pela lei, a medida em que a Lei 10.793 concede inúmeras facultatividades para a disciplina, revelando que, a despeito da lei ter garantido um caráter educacional, as facultatividades apontam que a Educação Física é ainda concebida pelos formuladores das leis como uma disciplina estritamente ligada ao aspecto motor. Nesse capítulo abordam-se, ainda, as concepções metodológicas desenvolvidas de forma mais significativa a partir da década de 1990 até a atualidade. Nesse sentido, constatou-se que existe certo consenso em relação aos conteúdos que devem ser trabalhados por essa disciplina, tanto

na literatura quanto nos documentos oficiais a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e mesmo na Proposta Curricular do estado de São Paulo. Contudo, o que ainda não é formulado pela política são as orientações básicas sobre como os conteúdos devem ser trabalhados e a quem cabe definir a organização dos mesmos. A autonomia do professor estaria, por um lado, comprometida a partir de um enrijecimento das orientações, e, por outro, os profissionais da área teriam um instrumento técnico contundente a fim de buscar reconstruir sua imagem como profissional da área e firmar-se como área importante na formação dos estudantes.

O terceiro capítulo apresentou a forma como a disciplina de Educação Física foi contemplada pela Proposta Curricular do Estado de São Paulo, apresentando sua organização curricular, objetivos e a divisão dos conteúdos a serem trabalhados em cada série do Ensino Médio, além do tratamento didático pedagógico adotado pela Secretaria. Tal análise resultou na constatação que a divisão de conteúdos por séries e bimestres também havia sido realizada em algumas propostas curriculares estaduais: das 21 propostas analisadas somente três estados apresentaram essa organização, e somente a Proposta Curricular do Estado de São Paulo organizou um material que trabalha com os elementos da cultura corporal de forma diversificada e sequencial, respeitando as particularidades desse segmento de ensino. Esta opção, no nosso entendimento, concedeu espaço para a participação dos agentes envolvidos nesse processo de ensino e de aprendizagem.

Apreendeu-se na presente pesquisa que a área da Educação Física precisa contar com estudos em maior profusão e se constituindo como efetivo objeto de estudos acadêmicos, a fim de resgatar seu papel na formação dos estudantes.

Defendemos aqui nesse trabalho, portanto, a necessidade de termos essa organização dos conteúdos que devem ser trabalhados nesse segmento de ensino a qual nos debruçamos nessa pesquisa, porém essa organização desvinculada de uma proposta pedagógica que atente às particularidades do aluno será, no mínimo, insuficiente para promovermos uma educação integral e de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares: Linguagens, Códigos e Sua Tecnologia/ Ensino Médio, 2006.

ALAGOAS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular: Ensino Médio, 2009.

AMAPÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Amapá – (DCEB/AP), 2008.

AMAZONAS (Estado). Proposta Curricular de Educação Física para o Ensino Médio, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2012.

AZEVEDO, E. S.; SHINGUNOW, V. **Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em Educação Física Escolar**, 2000.

AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos pioneiros da educação nova. In: XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BAHIA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares Estaduais para o Ensino Médio: Área de Linguagens, Códigos e Sua Tecnologia, 2005.

BARBOSA, E. F. V. **Políticas públicas para o Ensino Médio e Juventude brasileira**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UNB, Brasília, março, 2009.

BARNI, M. J.; SHNEIDER, E. J. A Educação Física no Ensino Médio: Relevante ou irrelevante? Instituto Catarinense de Pós-Graduação. *Revista 3*: ago – dez/ 2003.

BETTI, M. Valores e finalidades na educação física escolar: concepção sistêmica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 14-21, 1994.

BETTI, M. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991

BETTI, M. A pedagogização dos conteúdos de Educação física: tradição e renovação. *Salto para o futuro*, v, 21 – n. 11, 2011. Disponível em: <<http://www.cev.org.br/comunidade/ef-escolar/debate/boletim-salto-para-o-futuro.br>>. Acesso em: 04 de mai.2012.

BRACHT, V. Dilemas no cotidiano da Educação Física Escolar: entre o desinvestimento e a inovação pedagógica. *Salto para o futuro*, v, 21 – n. 11, Disponível em: <<http://www.cev.org.br/comunidade/ef-escolar/debate/boletim-salto-para-o-futuro.br>>. Acesso em: 04 de mai.2012.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, Coleção

Primeiros Passos, 28^o ed., 1993.

BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC PNE 2001 a 2010

BRASIL/MEC PNE 2011 a 2020

BRASIL/MEC. Relatório de Análise de Propostas Curriculares de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Secretaria da Educação Básica, 2010.

BRASIL/MEC. Orientações Curriculares para o Ensino Médio, volume 1 - Secretaria da Educação Básica. Linguagem código e suas tecnologias: Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL/MEC. Exame Nacional do Ensino Médio, 1998.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Matriz Curricular do Ensino Médio do Estado do Ceará, 2009.

CARVALHO, S. F. A abordagem pedagógica sistêmica: um modelo sociológico para a Educação Física Brasileira. *Revista Digital – Buenos Aires* – ano 16, n. 159, agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com.br>>. Acesso em 31 de julh. 2012.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. EDUCAÇÃO BÁSICANO BRASIL NA DÉCADA DE 1990: SUBORDINAÇÃO ATIVA E CONSENTIDA À LÓGICA DO MERCADO. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 de mai. 2012.

CUNHA, M. V.; Dewey, J. O pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Anped, n. 17, maio/jun/ju/ago,2001.

CURY, C. R. J. A Educação Básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, n, 38, n.134, p. 293-303, maio/ago.2008.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p.245-262, jun. 2002.

CURY, C. R. J. Entrevista. *Revista escola*. Abril/ políticas publicas. Jul/2010,p.02.

DAÓLIO, J. A Ordem e a (Des)ordem na Educação Física Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, n.1, v.25, p.115-127, set. 2003. Campinas.

DAÓLIO, J. **Da Cultura do Corpo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DAÓLIO, J. **Cultura, Educação Física e futebol**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

DARIDO, S. C. **Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades.** *Perspectivas em Educação Física Escolar*, Niterói, v. 2, n. 1 (suplemento), p. 05-25, 2001.

DARIDO, S. C. et al. **Educação física no ensino médio: reflexões e ações.** Motriz, V.5, n.2, dez., 1999, p. 138-145.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação. Orientações Curriculares para o Ensino Médio, 2008.

DOMINGUES. J. J.; TOSCHI. N. S.; OLIVEIRA. J. F. **A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública.** *Educação & Sociedade*. V. 21, n. 70, Campinas, abr. 2000.

DURHAM, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO (org.). **A aventura antropológica - teoria e pesquisa.** 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico da escola Estadual-Ensino Médio. Volume 1 – Área de Linguagens, Códigos, 2009.

FREIRE. J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e a prática da educação física.** São Paulo: Scipione, 1997.

GALLARDO, J. S. P. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GARCIA, L. A. M. Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso? *Educação e Ciência On-line*, Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.uvnt.univbversidadevirtual.br/ciências/002.htm> br>. Acesso em 12 de fev. 2012.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Ressignificação do Ensino Médio. Um caminho para a qualidade, 2008.

GOMES, M. C. Mega Eventos Esportivos, movimento olímpico e mídia: o esporte saltando os muros da Educação Física escolar. *Salto para o futuro*, v, 21 – n. 11, 2011. Disponível em: <<http://www.cev.org.br/comunidade/ef-escolar/debate/boletim-salto-para-o-futuro.br>>. Acesso em: 04 de mai.2012.

HYPOLITO, A. M. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria & Educação*, nº 4, p. 03-21, Porto Alegre, 1991.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1997). Exame Nacional de Cursos: Relatório-Síntese. Brasília: INEP.

KUENZER. A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade*. vol.21 n.70 Campinas Apr. 2000.

KUNZ. E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994

LADEIRA, M. F. T. et al. **O impacto da nova proposta do Estado de São Paulo na opinião dos professores de EF**. Anais... II SEMEF. São Paulo: FE-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.paje.fe.usp.br>>. Acesso em: 04 mai. 2012.

LOPES. A. C. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. *Educação & Sociedade*. v.23 n.80 Campinas set. 2000.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares Ensino Médio: Estado do Maranhão, 2007.

MARQUES, et.al. **Reformas Educacionais e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Primeiras aproximações**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>> Acesso em 03 abr. de 2012

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Gestão das Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado do Mato Grosso/ Sem data.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referencial da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul, 2008.

MEDINA. J, P. **A Educação Física cuida do corpo e mente**. Campinas: Papyrus, 1995.

MELLO. G. N. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio: por uma escola vinculada à vida. *Revista Ibero-Americana de Educacion*, n.20, maio/ago, 1999.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular Educação Física Ensino Fundamental e Médio. Conteúdos Básicos Curriculares. 2008.

MITRULIS. E. Ensaio de inovação no ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, n, 116, jul. 2002.

MORMUL, N. M.; MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa e a Educação Brasileira: Métodos e Programas**. Universidade Estadual de Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009.../pdf/.../34.pdf> br>. Acesso em 10 de mai. 2012.

NUNES. F. S. **A Dispensa nas aulas de Educação Física no Ensino Médio: Legalidade e Legitimidade**. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

OLIVEIRA, O. C. et.al. Educação Física: preconceito acerca do papel da disciplina no contexto escolar. *Revista Digital – Buenos Aires* – ano 15, n. 143, abril de 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com.br>>. Acesso em 03 de mai. 2012.

OLIVEIRA, R. P. **O Plano Nacional da Educação: Algumas questões para debate**. Conferência proferida na sessão de Abertura do VIII SEMINÁRIO DO LAGE, Unicamp. 2011.

PADILHA, A. M. L. **Conhecimento e Elaboração Conceitual: Relações de Ensino**. Vitória, ES: EDUFES, 2010.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba. Volume I: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias, 2006.

PIAUI (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares do Ensino Médio da Rede Estadual do Piauí, 2005.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica Ensino Fundamental e Médio/ Sem data.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular da Secretaria da Educação do Departamento do Ensino Médio/ Divisão de Currículo, 2003.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Texto Subsídio para a prática pedagógica da Educação Física contribuições para elaboração da matriz curricular, 2008.

PINTO, M. F.; MENDONÇA, M. L.; JACOBS, A. Da crítica a educação física escolar à educação física crítica. *Revista Digital – Buenos Aires* – ano 2009, n. 60, maio de 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com.br>>. Acesso em 03 de mai. 2012.

RAMOS, M. N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, R. A autonomia proposta na LDBEN e a nova proposta curricular das escolas públicas estaduais de São Paulo. *Revista Ibero – Americana de Estudos em Educação*. V.3, N. 1-2 (2008)

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Reorientação Curricular Livro I: Linguagens e Códigos – Sucesso Escolar, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares Ensino Médio, 2001.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Lições do Rio Grande do Sul Referencial Curricular: Linguagens, Códigos e suas

Tecnologias. Volume 2: Arete e Educação Física/ Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, 2009.

RORAIMA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular para o Estado de Roraima, 2006.

RODRIGUES. H. A.; DARIDO. S. C. O livro didático da Educação Física escolar: a visão dos Professores. *Motriz*, Rio Claro, v.17 n.1, p.48-62, jan./mar. 2011

RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Matriz Curricular de Educação Física. Rondônia/ Sem data.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina, 1998.

SANTOS. D. P. A Arte Marcial Auxiliando O Desenvolvimento Escolar: Aprendizado para a Escola e para a vida! *Revista Sociedade e Cultura*, maio. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-arte-marcial.br>>. Acesso em 04 de jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Rede do Saber, 2008.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SCAGLIA, A. **A escola de futebol: Uma prática Pedagógica**. In: NISTA PICOLLO, V. L. (org). *Pedagogia dos Esportes*, SP: Papyrus, 1999.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares do Ensino Médio para a Rede Pública do Estado de Sergipe, 2004.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, R.D. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí, Editora Unijuí, 2000.

SOARES, A. J. G.; GOIS JUNIOR, E. **Educação Física Escolar: Dilemas e práticas**. *Cev. Salto para o futuro*, v, 21 – n. 11, 2011. Salto para o futuro, v, 21 – n. 11, Disponível em: <<http://www.cev.org.br/comunidade/ef-escolar/debate/boletim-salto-para-o-futuro.br>>. Acesso em: 04 de mai. 2012.

SOARES, C. L. **Educação Física raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SOUZA JUNIOR, O; DARIDO, S. C. Dispensas das aulas de Educação Física: Apontando Caminhos para Minimizar os Efeitos da Arcaica Legislação. *Pensar a Prática*. V. 12, n. 2, 2009.

SOUZA JUNIOR, M; GALVÃO, A. M. O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005

TEIXEIRA, B. B. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e autonomia da escola**. Anuário GT Estado e Política Educacional, São Paulo, p. 257-280, 2000.

TIRAMONTI, G. Após os anos 90: novos eixos de discussão na política educacional da América Latina. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (orgs.). **O Cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 117-140.

TOCANTINS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular/ Ensino Médio versão preliminar, 2009.

VAGO. T. M. **Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99

VENÂNCIO, L.; BETTI, M. A proposta curricular de EF do Estado de São Paulo (Brasil): reflexões e problematizações sobre um processo em andamento. Anais IX Colóquio Luso Brasileiro: Debates e Questões Curriculares. Universidade do Porto/Portugal, 2010. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/coloquio2010/>. Acesso em: 05 mai. 2012.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZONTA, A. F; BETTI, M; LIZ. L.C. Dispensa nas aulas de educação física: os motivos de alunas do ensino médio. In: **Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa**. 8; 2000, Lisboa. Livro de Resumos...Lisboa: 2000, 2000.

Legislação

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL/MEC. LEI nº. 9394, de 20/12/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Decreto – Lei nº 4024 de 20 de Dezembro de 1961.

BRASIL. Decreto – Lei nº 5692 de 11 de Agosto de 1971.

BRASIL. Decreto – Lei nº 69.450 de 01 de Novembro de 1971.

BRASIL. Decreto – Lei nº 10.172 de 09 de Janeiro de 2001.

BRASIL. Decreto – Lei nº 69.450 de 01 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Decreto – Lei nº 10.328 de 12 de Dezembro de 2001.

BRASIL. Decreto – Lei nº 10.793 de 1º de Dezembro de 2003.

BRASIL. Decreto – Lei nº 11.274 de 02 de Fevereiro de 2006.

BRASIL/CNE/CEB. Resolução CEB nºs 03 de 26/06/98. Institui as DCN para o Ensino Médio.

BRASIL/CNE/CEB. Resolução CEB nº 5/97 de 07/05/97. Estabelece Diretrizes e bases para educação nacional.

BRASIL/CNE/CEB. Parecer nº. 5 de zero 1/06/98. DCN para o Ensino Médio. Relatora: Guiomar Namó de Mello.